



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**VANESKA DAS NEVES SILVA**

**A ETNICIDADE AFROBRASILEIRA NA ESCOLA  
E OS DESAFIOS PARA SE PROMOVER A  
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2011**

**VANESKA DAS NEVES SILVA**

**A ETNICIDADE AFROBRASILEIRA NA ESCOLA  
E OS DESAFIOS PARA SE PROMOVER A  
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento às exigências para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Margareth Maria de Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2011

S586e

Silva, Vaneska das Neves.

A etnicidade afrobrasileira na escola e os desafios para se promover a educação antirracista [manuscrito]. / Vaneska das Neves Silva.– 2011.

60f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profª. Ms. Margareth Maria de Melo, Departamento de Educação”.

1. Racismo. 2. Educação antirracista. 3. Cultura afrobrasileira. I. Título.

21. CDD 320.56

VANESKA DAS NEVES SILVA

**A ETNICIDADE AFROBRASILEIRA NA ESCOLA  
E OS DESAFIOS PARA SE PROMOVER A  
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Aprovado em: 29/11/2011

**BANCA EXAMINADORA:**

Margareth Ma de Melo

Profª. Ms. MARGARETH MARIA DE MELO (Orientadora)

Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Profª. Drª. PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO ARAÚJO (Examinadora)

Edilazir Lopes da Cunha

Profª. Ms. EDILAZIR LOPES DA CUNHA (Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me ajudar a chegar até aqui.

À minha mãe negra Antonia das Neves Silva por ser parte indissociável da minha vida.

Minha avó negra Severina Maria, e a todos que me apoiaram e incentivaram para que eu pudesse adentrar e concluir um curso superior.

Especialmente, às grandes referenciais em História da África e cultura AfroBrasileira, a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Ms. Margareth Maria de Melo e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Cristina de Aragão Araújo por me convidarem a fazer parte dos cursos de extensão e do PROPESQ (Projeto de Pesquisa) promovidos pelo Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena – NEAB-I - da UEPB, e sobretudo, por acreditar na luta dos movimentos negros e da escola para se promover uma educação democrática e antirracista que valoriza e busca a igualdade racial de negros e negras brasileiros deste país.

Às minhas amigas do Curso de Pedagogia da UEPB: Dayana Oliveira, Laís Cunha, Monalisa Leôncio, Saionara Paulo, Silvana Vasconcelos e Vera Lúcia que me ajudaram com suas palavras de apoio e incentivo à realização deste trabalho.

E em particular, aos grandes representantes da História e Cultura AfroBrasileira e Afro-Americana: ao eterno Martin Luther King, e todos os militantes negros e ativistas que lutaram e lutam pela igualdade de direitos entre negros e brancos; a todos os cantores que fazem parte do segmento de música negra dos gêneros: samba, axé, jazz, soul, blues, hip hop, R&B (Rythm and Blues). Artistas de modo geral, poetas, escritores Africanos e Africanistas que divulgam e enaltecem a história e a cultura do povo negro para o mundo.

Esta conquista acadêmica e pessoal também devo sinceramente às professoras Margareth Maria de Melo e Patrícia Cristina de Araújo Aragão, grandes intelectuais que lutam juntamente com o NEAB- I (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros – Indígenas) pela

maior divulgação e valorização das Histórias Africana e Afrobrasileiras por toda a comunidade acadêmica da UEPB.

Imensamente grata à minha Orientadora a Prof.<sup>a</sup> Ms. Margareth Maria de Melo, essa grande intelectual que abriu seus livros e cedeu sua atenção e parte do seu tempo para acolher a filha adotiva de uma doméstica negra.

Quero agradecer também, ao Professor de História e militante do movimento negro de Campina Grande- PB, Jair Silva Ferreira, por contribuir neste trabalho enviando alguns artigos científicos que me ajudaram a compreender e aprofundar meus estudos acerca das questões raciais.

Por último, agradeço a todas as educadoras que participaram do meu trabalho monográfico contribuindo por meio de textos e das entrevistas.

Eis o que eu aprendi nesses vales onde se afundam os poentes: afinal tudo são luzes e a gente se acende é nos outros: A vida é um fogo, nós somos suas breves incandescências (Mia Couto).

## RESUMO

O presente trabalho origina-se do Projeto de pesquisa, “A Etnicidade AfroBrasileira na escola: dilemas, contribuições e perspectivas para se promover a educação antirracista resultado de minhas participações em projetos e cursos de extensão sobre Histórias e culturas AfroBrasileira e Indígenas promovido pelo NEAB-í (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e indígenas) da UEPB nos anos de 2008, 2009, 2010. Ele apresenta uma discussão acerca das questões raciais e suas implicações na escola para repensarmos o papel do educador como importante aliado na luta contra a desigualdade racial. O problema de pesquisa versa sobre de que modo três educadoras do 4º ano, de uma escola de rede pública estadual da cidade de Campina Grande- PB, tratam a temática história e cultura afrobrasileira com seus alunos. Seu objetivo geral é analisar de que modo é trabalhada a temática história e cultura afrobrasileira em turmas do 4º ano do ensino fundamental da referente instituição, além dos seguintes objetivos específicos: identificar os momentos em que as professoras trabalham os conteúdos da história e cultura afrobrasileira com os alunos; verificar a prática pedagógica das professoras no trato com a temática em foco; averiguar como as educadoras se autodenominam racialmente; bem como, refletir acerca do envolvimento das mesmas e dos alunos diante dos conflitos raciais existentes no espaço escolar. Para isso, destacamos como eixo temático para delinear a discussão teórica: a Lei 10.639/2003 articulando-a com a visão de autores/as como: Cavalleiro (2001; 2005); Gomes (2003; 2005); Oliveira (2003); Santos (2005); Mattos (2009), entre outros estudiosos. No segundo momento, ocorreu o processo de investigação na escola, que para atender aos objetivos trabalhamos com a pesquisa do tipo etnográfica, utilizando como técnicas investigativas: a observação das turmas e entrevistas semi-estruturadas com as educadoras da instituição. Constatamos a dificuldade vivida pelas educadoras com relação a essa temática, tanto nos conteúdos tratados como nas relações pessoais vivenciadas em sala de aula com os alunos. A própria definição de quem é negro e a existência ou não do racismo são questões ambíguas que necessitam de aprofundamento. Portanto, como profissionais da educação, cujo campo de atuação é, sobretudo, a escola, precisamos aprofundar mais nossos estudos acerca da temática racial, para melhor compreender as questões e conflitos raciais que se fazem presentes inclusive, no espaço escolar, bem como entender as causas e efeitos do racismo, preconceito e discriminação racial que tanto comprometem a aprendizagem e formação de muitas alunas e alunos negros. Além disso, ressaltamos o importante papel da escola na formação de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre as questões que permeiam entre os mais diversos espaços, em particular, à questão racial.

**Palavras-chave:** Racismo, história e cultura afrobrasileira, educação antirracista.

## ABSTRACT

This work stems from the research project, "The afro-Brazilian ethnicity in school: dilemmas, perspectives and contributions to promote anti-racist education result of my participation in projects and extension courses of history and culture sponsored by the afro-Brazilian and Indigenous NEAB- í (AfroBrasiliros Center for Studies and Indian) of UEPB in the years 2008, 2009, 2010. He presents a discussion of racial issues and their implications for the school to rethink the role of the teacher as an important ally in the fight against racial inequality. The research problem is about how three teachers of the 4th year in a school of public schools in the city of Campina Grande, PB, treat the theme afro-Brazilian history and culture with their students. Its general purpose is to analyze how they work on the thematic history and afro-Brazilian culture in classes in the 4th year of basic education related institution, plus the following specific objectives: to identify the times when teachers work the contents of the history and afro-Brazilian culture with students, check the pedagogical practice of teachers in dealing with the thematic focus, find out how educators describe themselves racially, as well as reflect on the involvement of students and the same before the existing racial conflicts in schools. To do this, stand out as central theme to outline the theoretical discussion: the Law 10.639/2003 linking it with the view of authors / as: Cavalleiro (2001, 2005), Gomes (2003, 2005), Oliveira (2003), Santos (2005); Mattos (2009), among other scholars. In the second stage, the investigation was in school, to meet the objectives that we work with the kind of ethnographic research, using investigative techniques: observation of classes and semi-structured interviews with the teachers of the institution. We note the difficulty experienced by educators regarding this issue, both in the content treated as personal relationships experienced in the classroom with students. The very definition of who is black and whether or not racism is ambiguous questions that need further development. Therefore, as education professionals, whose field of action is, above all, the school, we need to strengthen further our studies on the racial issue to better understand the issues and racial conflicts that are present even at school, as well as understand the causes and effects of racism, prejudice and racial discrimination that both committed to learning and training of many students and black students. Furthermore, we emphasize the important role of schools in the formation of critical subjects, able to reflect on the issues that permeate between the different areas, in particular the issue of race.

Keywords: Racism, history and afro-Brazilian culture, anti-racist education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 1- Cartaz produzido pelos alunos do 4º ano da educadora Chade, representando as lendas folclóricas e exposto na Culminância do folclore em agosto de 2010 .....	41
FOTO 2- Alunos da turma da educadora Chade dançando a capoeira durante a Culminância do folclore realizada em Agosto de 2010.....	42

## SUMÁRIO

<b>1.Introdução</b> .....	12
<b>2.Metodologia</b> .....	15
<b>3.Caracterização da comunidade escolar</b> .....	16
<b>4.Revisão Bibliográfica</b> .....	19
4.1. Conceituando alguns termos para avançarmos no debate racial .....	19
4.1.1 Racismo? Ainda existe? .....	20
4.1.2. Preconceito racial: construção histórica e social .....	21
4.1.3. Discriminação racial .....	22
4.2. Os indícios da questão racial na escola .....	23
4.2.1. O papel da escola para se promover a educação antirracista.....	27
4.2.2. A Lei nº 10.639/2003: avanço político rumo a educação antirracista.....	30
<b>5. Discussão dos Resultados</b> .....	32
5.1. Negação do pertencimento racial: o olhar das educadoras do 4º ano .....	32
5.2.As práticas pedagógicas das educadoras no trato com a temática história e cultura afrobrasileira .....	38
5.3.Mito da Democracia Racial no imaginário das educadoras do 4º .....	45
5.4. Negação ou o não reconhecimento do preconceito e da discriminação racial no espaço escolar? Quando o silêncio fala mais alto.....	46
<b>6.Considerações Finais</b> .....	51
<b>7.Referências</b> .....	54
<b>8.Apêndice</b> .....	56
<b>9.Anexo</b> .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

*Bater no peito  
soltar as correntes  
do passado  
que ainda  
me prendem  
no presente<sup>1</sup>*

O presente trabalho tem como intuito apresentar uma discussão acerca das questões raciais e suas implicações na escola para repensarmos o papel do educador como importante aliado na luta contra a desigualdade racial. Origina-se do projeto de pesquisa “A etnicidade Afrobrasileira na escola e os desafios para se promover a educação antirracista”, em que destacava o seguinte problema de nossa pesquisa: De que modo três educadoras do 4º ano de uma escola de rede pública estadual da cidade de Campina Grande-PB tratam a temática história e cultura afrobrasileira com seus alunos?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que forma é trabalhada a temática história e cultura afrobrasileira em turmas do 4º ano do ensino fundamental da referente instituição, além dos seguintes objetivos específicos: identificar os momentos em que as educadoras trabalharam os conteúdos da história e cultura afrobrasileira com os alunos; verificar a prática pedagógica das professoras no trato com a temática em foco; averiguar como as educadoras se autodenominam racialmente; bem como, refletir o envolvimento das mesmas e dos alunos diante dos conflitos raciais existentes no espaço escolar.

Esta pesquisa surgiu de duas motivações: pessoal e profissional. A motivação pessoal resultou pelo fato de ser filha adotiva, proveniente de família cujo pertencimento racial é predominantemente do grupo racial negro, mas que tendo a pele branca e em minha experiência familiar vivenciada cotidianamente com negros e

---

<sup>1</sup> Poema Retrato, de Silmara B. Azeredo, publicado no livro Oro Obinrim. Rio de Janeiro: Crioula, 1998, extraído do artigo: A representação da personagem feminina na literatura negra na literatura infanto-juvenil brasileira da autora Andréia Lisboa de Sousa.

afrodescendentes, me possibilitou experiências ímpares, singulares, destacando a de autodescobrir meu pertencimento racial, resultado de uma trajetória escolar e familiar que fui vítima do preconceito, discriminação e do racismo, sobretudo, na escola, onde me deparei com várias indagações, citando por exemplo: Se tenho a pele branca, porém convivendo em uma família de origem racial negra, como eu posso me autodenominar racialmente? Negra ou branca?

Contudo, posso afirmar que, ao adentrar na universidade e aprofundar os estudos sobre a temática racial, me dedicando à pesquisa, a leitura, para melhor compreender os conflitos raciais que permeiam na sociedade e em particular, na escola, mergulhei nesta pesquisa, para analisar situações e absorver novos conhecimentos.

Sem dúvida, hoje, me vejo como negra, reconhecendo e me orgulhando da trajetória de lutas, resistências e conquistas de meus ancestrais, pois reconhecer nossa própria identidade racial vai muito além da cor da pele, ou de apenas características físicas como: tipo de cabelo, espessura dos lábios, etc.

Retomando a discussão, posso afirmar que em minha trajetória de vida, presenciei várias vezes expressões de risos, posturas e comentários de pessoas, quando me viam com minha mãe adotiva (afrodescendente), e indagavam espantados: “Ela é sua filha senhora?” “Mas sua filha é tão branquinha!” e para mim, perguntavam: “Ela é sua mãe?” E quando confirmávamos, ficavam surpresos e até mesmos desconfiados de nossa resposta, e ainda acrescentavam: “Ah! pensei que ela não fosse sua mãe, porque ela tem a pele escura e a sua é clara.”.

Diante do que se procedeu e outros motivos, busquei adentrar nos estudos sobre a história e cultura negra na tentativa de encontrar respostas para minhas próprias indagações, para melhor compreender minha trajetória de vida e amenizar os efeitos do preconceito, discriminação e do racismo pelos quais sofri.

Além disso, influenciada desde a minha infância pela musicalidade afroamericana inclui os gêneros musicais: jazz, soul, blues, R&B (Rythm and Blues), hip hop, etc, que tanto reforçou minha curiosidade e apreciação pela história e cultura negra.

Já em se tratando de motivação profissional que me estimulou realizar esta pesquisa, destaco a minha entrada na Universidade Estadual da Paraíba- UEPB como graduanda do curso de Pedagogia, com habilitação em Supervisão Educacional, em que tive a oportunidade de participar de dois cursos nos anos de 2008 e 2010 sobre história e

cultura Africana, afrobrasileira e Indígena promovidos pelo NEAB-í (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas) da UEPB, no qual pude conhecer mais sobre essa temática.

De fato, quando adentramos nos cursos de licenciatura, chegamos com a falsa associação da história e cultura da população negra com o estigma da escravidão, submissão, exploração, que só associa a história de nossos ancestrais negros apenas a um passado de sofrimentos, humilhações e castigos.

É inegável a contribuição da universidade, e em especial, dos cursos de extensão dos quais participei, que com seus subsídios teóricos me proporcionaram repensar e redimensionar minha prática pedagógica, principalmente ao que se refere aos temas que envolvem a diversidade cultural, de modo particular, a etnicidade afrobrasileira. Dessa forma poderei trabalhar melhor a referente temática na escola, e como futura pedagoga, habilitada em supervisão educacional, estarei preparada para desenvolver estratégias sócio-educativas de afirmação e valorização de todos os grupos étnicorraciais, para superar os conflitos raciais entre os alunos negros e brancos, como a desigualdade racial, a exclusão, além do racismo e seus derivados.

Formulo a hipótese de que, como educadores, cujo campo de atuação é, sobretudo, a escola, precisamos aprofundar mais nossos estudos acerca da temática racial, e isso também é válido para os universitários dos cursos de licenciatura e todos os profissionais de educação de modo geral, para melhor compreendermos às questões e conflitos raciais que se fazem presentes em nossa vida, bem como entender as causas e efeitos do racismo, preconceito e discriminação racial que tanto comprometem a aprendizagem e formação, inclusive de muitos alunos e alunas negras.

Diante disso, faz-se necessário ao concluirmos nossos cursos acadêmicos de licenciatura, saindo da universidade e adentrando na escola, pesquisar e conhecer mais sobre a história e cultura afrobrasileira, sua relação com a história, cultura e formação de nossa sociedade, debatendo com professores, alunos e toda a equipe pedagógica, a relação que há entre o racismo, preconceito e discriminação com a perpetuação e fortalecimento das desigualdades, exclusão, evasão escolar, entre outros, da maior parte das alunas e alunos negros brasileiros.

Portanto, se queremos superar esses problemas, precisamos propor melhores maneiras para se trabalhar com as questões raciais e promover uma educação antirracista que busca erradicar o racismo, preconceito e discriminação racial por meio

da valorização e reconhecimento da diversidade étnicorracial de negros, brancos e índios. (CAVALLEIRO, 2001)

## 2. METODOLOGIA

Construímos nosso trabalho pautado na pesquisa qualitativa, tendo em vista, que nesta, vivenciamos e intervimos no espaço escolar, por meio de observações, diálogos, para coletar dados/informações em situações empíricas que envolvem sujeitos ou grupos de indivíduos.

Enquadramos a presente pesquisa na metodologia etnográfica, cujo estudo é de natureza observacional e utilizado geralmente nas ciências humanas que estudam fenômenos produzidos pelos seres humanos, individual ou coletivamente (POZZEBON, 2004).

Neste trabalho, utilizamos técnicas investigativas de pesquisa de cunho etnográfico tais como: observações nas turmas (com registro em diário de campo) e entrevistas semi-estruturadas com roteiro de perguntas (ver em anexo) com as educadoras e a supervisora da instituição.

A pesquisa foi iniciada em maio de 2010 e seu término ocorreu em dezembro do mesmo ano. Durante o período de sete (7) meses, foram observadas três turmas do 4º ano do Ensino fundamental de uma escola de rede pública Estadual, com frequência de duas vezes por semana no turno da tarde, principalmente, coletando maiores informações no que se refere aos momentos festivos, datas comemorativas que ressaltam a história e cultura negra, como: o 13 de maio (Dia da abolição da escravidão); 22 de agosto (Dia do folclore); 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), além do período da Copa do mundo, levando em consideração que esta foi sediada na África do Sul, no ano de 2010, cujo continente predomina o maior índice de habitantes negros do mundo.

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com a utilização de um roteiro de perguntas (ver em anexo) após o período de observação com duas professoras do 4º ano e também com a supervisora da instituição, esta última com o objetivo de averiguar como ocorreu sua ação supervisora ao que compete à coordenação de atividades e projetos desenvolvidos na escola que envolveram a temática negra, em especial, nas turmas do 4º ano. Utilizamos nomes de alguns países da África para denominar os

pseudônimos dos atores participantes dessa pesquisa. Assim preservamos suas identidades.

Para as educadoras, utilizamos os seus pseudônimos com nomes de alguns países Africanos. Assim, mantivemos para a educadora A (Angola), educadora B (Benim), educadora C (Chade) e educadora (Líbia). Já para os alunos que foram mencionados nos relatos, denominamos: Tunísia, Lesoto, Moçambique, Ruanda e Somália.

No decorrer da pesquisa, tivemos alguns entraves, citando por exemplo: a resistência de uma professora do 4º ano em não conceder a entrevista, e outra que não aceitou que esta fosse gravada. A justificativa de ambas foi a falta de disponibilidade de tempo. As entrevistas foram realizadas com as educadoras Benim, Chade e Líbia.

Os dados coletados foram analisados a partir das semelhanças e diferenças destacadas em seus conteúdos, relacionados com a bibliografia estudada e com as inferências da pesquisadora numa abordagem triangular.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR**

A instituição educacional onde foi realizada a pesquisa é de Rede Pública Estadual, situada no município de Campina Grande- PB, num bairro de classe média, fundada no ano de 1968.

É uma instituição de grande porte que compõe o total de 1030 alunos, sendo 436 alunos distribuídos no turno da manhã e 594 alunos à tarde agrupados em 14 salas em cada turno compondo deste modo, 28 turmas no total. O quadro docente da escola é composto por 40 professores que se distribuem em ambos os turnos mencionados. No turno da manhã são 18 professores que ministram aulas em turmas do 6º ao 9º ano e a tarde 22 docentes que se distribuem, em 12 turmas do 1º ao 5º ano e mais duas do 6º ano.

A equipe técnica é distribuída nos dois turnos: 2 gestores, 2 vice- diretores, 1 secretária, 1 orientador, 1 psicóloga, 1 assistente social, 2 Supervisores, 2 merendeiras; 4 auxiliares de limpeza e 2 vigias.

A escola se enquadra na Pedagogia de projetos, são trabalhados projetos bimestrais que visam incentivar os alunos a leitura e também conta com a consultoria que oferece cursos para dar maior apoio ao trabalho dos docentes, iniciativa da

Supervisora da escola que promove curso de formação continuada e capacitação para discutir a dinâmica do Conselho Escolar, bem como cursos sobre Orientação Sexual para os alunos.

A instituição possui P.D.E (Plano de Desenvolvimento da Escola), o último em 2007, P.N.L.D (Plano Nacional do Livro Didático), P.D.D.E (Programa de Dinheiro Direto na Escola). Já em se tratando do Projeto maior da escola, o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), o primeiro foi construído no ano de 1999 e o segundo em 2006 e estava em fase de reelaboração em dezembro de 2010.

A instituição também foi contemplada com o Programa “Circuito campeão” que faz parte do Instituto Ayrton Senna que foi enviado pela Secretaria de Educação do Estado da Paraíba com o objetivo de atender em 4 anos, alunos do 1º ao 3º ano como estratégia para acelerar o aprendizado dos mesmos.

A escola possui uma estrutura física simples, mesmo sendo de grande porte, composta por: uma diretoria, uma secretaria, um refeitório, uma biblioteca onde os alunos têm pouco acesso, e apenas a freqüentam quando necessitam do auxílio da bibliotecária em algumas atividades que são propostas por algumas professoras.

Além disso, a escola não possui sala de vídeo, auditório e possui uma área externa onde as crianças de diversas faixas etárias brincam no intervalo, todas dividindo o mesmo espaço para a recreação, enquanto a quadra esportiva da escola está em reforma.

As turmas do 4º ano que utilizamos para desenvolver este trabalho são compostas por: turma A: 28 alunos, turma B: 27 alunos e turma C: 31 alunos, predominando uma clientela maior de meninas que meninos.

Acompanhamos as turmas do 4º ano por meio de observações semanais e dentre todas as turmas, a turma B, foi a única que apresentou um quadro de educandos com um comportamento mais hostil para com os colegas de classe, com demonstrações explícitas de agressão verbal e física entre os alunos brancos e negros em comparação aos alunos das turmas A e C. Inclusive, em uma das observações na turma B, foi presenciado agressão verbal e física entre um aluno branco (Lesoto) para com uma aluna negra (Tunísia) da mesma turma, e também tanto por parte de alunos brancos para com alunos negros e vice-versa, como por parte de alunos negros com os alunos do mesmo pertencimento racial, em algumas situações explícitas que envolviam a discriminação e preconceito racial em sala de aula.

Em relação às turmas A e C, conforme observado, estas possuem um quadro de alunos, que não demonstrou agressões verbais ou físicas para com os colegas de classe que envolvera o racismo, discriminação e o preconceito racial.

Entretanto, é importante salientar que, embora o racismo e seus derivados não se tenham feito presentes por meio de agressões verbais e/ou físicas entre os alunos das turmas A e C, é preciso destacar que estes podem se manifestar não apenas de forma explícita mediante: xingamentos, apelidos de ofensa; mas também conforme a afirmação de Cavalleiro (2001), por meio da linguagem não-verbal como: expressões, gestos, posturas, risos, linguagem esta, que é rica para “camuflar” o racismo e seus derivados entre os sujeitos que os praticam.

Foi observado que a instituição vem passando por uma reforma na quadra esportiva há um considerável tempo. No entanto, enquanto a reforma não é concluída, os alunos, sendo estes crianças e adolescentes, continuam brincando juntas na pequena área externa que vem sendo utilizada como espaço para o lazer.

Durante o período de observação foram presenciados várias vezes alguns acidentes, agressões verbais e físicas envolvendo os alunos, no horário de intervalo. Diante disso, inferimos dizer que se deve ao fato dos mesmos, de idades divergentes, brincarem sem nenhuma mediação dos professores ou profissionais da escola, apenas quando ocorrem problemas há intervenção por parte de alguns funcionários da escola como: o vigia, auxiliares de limpeza que ficam sobrecarregados, pois, além de desempenharem sua função específica, ainda tentam intervir nas situações que envolvem agressões verbais e físicas, pois o fato de haver pouco espaço para os educandos brincarem favorece estas ocorrências.

Nas idas para a escola, verificamos que a mesma se insere num bairro que apresenta pouca movimentação em que ao lado da escola, existe um terreno abandonado o que pode facilitar o acesso de vândalos e/ou usuários de drogas, e possivelmente torná-la vulnerável para assaltos, etc.

Pudemos constatar que embora a escola esteja situada num bairro de classe média, a sua clientela é composta de uma comunidade escolar carente, em que a maioria dos alunos pertencem a famílias de camada socialmente desfavorecida com diferentes modelos de família.

Um dado importante são os problemas sociais de algumas famílias desses alunos como: envolvimento com o consumo excessivo de bebida alcoólica, violência

doméstica, etc, dados identificados por meio de diálogos com a assistente social, supervisora e alguns professores.

Além disso, muitas dessas crianças costumam chegar à escola desacompanhadas e outras com os próprios pais ou outros parentes.

Próximo à escola existem estabelecimentos comerciais como: concessionárias de veículos, lojas de variedades, escolas, Shopping Center entre outros.

## **4. Revisão Bibliográfica**

### **4.1 Conceituando alguns termos para avançarmos no debate racial**

Antes de conceituarmos o que de fato é a cultura afrobrasileira, faz-se necessário compreendermos primeiramente o próprio conceito de cultura.

A cultura é o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzindo nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe. A cultura como código simbólico, apresenta-se como dinâmica viva. Todas as culturas estão em constante processo de reelaboração, introduzindo novos símbolos, atualizando valores (BRASIL, 2001, p. 43).

Portanto, é por meio da cultura que os indivíduos se relacionam, construindo desde os primeiros anos de vida, suas maneiras próprias de vivência no mundo, assimilando o conjunto de códigos característicos de seu grupo para poder construir sua própria forma de organização social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística que vão se estabelecendo ao longo de suas experiências sociais vivenciadas com o grupo do qual pertence, citando como exemplos: os grupos indígenas, quilombolas, rurais, urbanos, etc.

Em se tratando de cultura afrobrasileira, esta se refere ao modo, costumes predominantes da cultura negra, a africana em que seus elementos artístico-culturais tais como: as danças, a música, religião, culinária, entre outros se incorporaram na cultura brasileira, formando um *caldeirão cultural* (MATTOS, 2009), repleto de ingredientes, que se fazem presentes na história, nos costumes de todos os brasileiros.

Já o uso do termo afrobrasileiro para a mesma autora, se refere à incorporação de elementos característicos da cultura Africana com elementos da cultura brasileira, em que a junção dos elementos de ambas culturas, formaram a história e cultura afrobrasileira que influenciaram completamente a sociedade nacional.

Conforme Mattos (2009), isso se deve a imigração de muitos africanos trazidos da África para adentrarem no Brasil não apenas para servirem como mão-de-obra nas plantações das fazendas, mas em atividades domésticas, especificamente, no preparo das refeições, em que trouxeram diversas técnicas e modos de cozinhar e temperar os alimentos, trazendo uma variedade de temperos e produtos devido o comércio que fora realizado com a África, compondo desta forma, a mesa dos brasileiros com uma variedade de pratos como: o acarajé, o vatapá, o angu, o cuscuz, a feijoada, o munguzá, a moqueca de peixe e de camarão, entre outros. Além de adicionar a culinária brasileira temperos como: a pimenta malagueta, o azeite- de- dendê, o óleo de amendoim.

Em se tratando de religiosidade Afrobrasileira podemos destacar a Umbanda, que na concepção de Benjamim (2004), deu origem aos cultos afroindígenas, que são cultos em que se reverenciam entidades caboclas ao lado de entidades africanas.

Nas relações raciais existentes no Brasil predominam discursos e práticas que se manifestam por meio do racismo, preconceito e discriminação racial. Diante disso, é importante compreendermos como discursos e práticas racistas, preconceituosos e discriminatórios se manifestam na sociedade e em particular, no âmbito escolar e para isso é preciso entender estes conceitos.

#### **4.1.1 Racismo? Ainda existe?**

Como sabemos, não é de hoje que o conceito de racismo se manifesta nas relações raciais em nosso país, tendo em vista que ele é resultado de um longo processo histórico iniciado desde o final do século XIX e início do século XX conforme Oliveira (2003) e Gomes (2003) quando representantes da elite brasileira almejando instaurar o progresso em nosso país e formar uma nova raça brasileira, optaram pela imigração européia e a miscigenação, isto é, o casamento inter-racial entre brancos, negros e índios como forma de embranquecer a sociedade brasileira e sobretudo encobrir o racismo.

De acordo com Gomes (2003),

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, com respeito a pessoas que possuem um pertencimento racial observável através de sinais diacríticos tais como: cor de pele, tipo de cabelo, etc, e, por outro lado, é uma ideologia, uma doutrina referente às raças humanas na qual postula-se a existência de raças superiores e inferiores. Ele resulta da vontade de se impor uma verdade particular como absoluta, por exemplo: as doutrinas raciais surgidas no final do século XIX aqui no Brasil, serviram para justificar a escravidão e exclusão negra (GOMES, 2003, p, 54).

Como percebemos, mais de um século se passou e o racismo ainda se manifesta na sociedade brasileira se fazendo presente de diversas formas, inclusive se mantendo firme e forte no imaginário social resultado de um longo processo histórico e cultural em que mais se fortaleceu e se intensificou com o apoio de doutrinas religiosas que buscavam justificar a escravidão no Brasil. De fato, mesmo com a tentativa de ser encoberto na sociedade nacional por representantes da elite brasileira, o racismo e seus derivados estão cada vez mais explícitos e presentes em nossa sociedade através de práticas e falas, que predominam no contexto social como na própria escolar e até mesmo de modo camuflado, escamoteado, como afirma Gomes (2003), para ser encoberto pela sociedade.

É preciso estarmos atentos para os efeitos do racismo na vida social tanto dos sujeitos que os praticam como daqueles que sofrem e sentem suas consequências, pois do mesmo modo que o racismo se manifesta por meio de determinados comportamentos resultantes de uma ideologia que atribui ao negro características como: inferior, incapaz, menos inteligente, etc, ele também se faz presente através do silenciamento, da omissão/negação da história e cultura e pertencimento racial seu ou de outro grupo étnicorracial, seja este: negro, branco ou índio.

#### **4.1.2 Preconceito racial: construção histórica e social?**

Para Gomes (2003), não nascemos preconceituosos, na verdade, aprendemos a sê-lo, como resultante de um processo histórico, cultural e educativo que se deriva das relações sociais que construímos na: família, escola, vizinhança, igreja, círculos de amizade, entre outros.

Sem dúvida, como o preconceito não é inato, ao longo de nosso processo educativo vamos nos construindo preconceituosos, aprendendo a ver o outro como “o diferente”, “o estranho” e vamos formando concepções equivocadas e distorcidas em relação aquele que nos é aparentemente “diferente”, seja em seus traços físicos, seja em seus costumes, modos de viver, pensar, de ser e estar no mundo. Assim, dessa forma, também aprendemos a ver o negro como o inferior, o diferente, aquele inculto, incapaz de ascender social e economicamente entre tantas outras concepções equivocadas.

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo.[...]. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o individuo tem de si mesmo e do outro (GOMES, 2003, p. 54).

Portanto, como um julgamento negativo em relação a um determinado grupo racial, ele se respalda numa ideologia, isto é, um conjunto de idéias que temos em relação a esse mesmo grupo ou em relação ao próprio grupo racial do qual pertencemos. Isso se explica pelo fato de que predominam diversos julgamentos que menosprezam, inferiorizam o grupo racial negro, seja por sua história, cultura, ou até mesmo sua própria identidade étnicorracial.

#### **4.1.3 Discriminação racial**

É indiscutível que discriminar é algo negativo e que se queremos superá-lo e combatê-lo, exige de nós uma nova postura, um novo olhar em relação ao outro, não um olhar de estranhamento, inferioridade ou até mesmo aversão em relação a um determinado grupo étnicorracial.

A discriminação racial é mais um dos derivados do racismo e também traz inúmeras consequências para os que são vítimas de seus efeitos.

Na concepção de Gomes (2003),

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos

das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2003, p. 55, grifos da autora).

Como vimos anteriormente, o racismo e o preconceito racial se manifestam por meio de julgamentos negativos em relação a determinado grupo racial como resultante de uma ideologia (conjunto de idéias distorcidas e sem uma maior fundamentação teórica para contestar uma determinada afirmação que temos em relação a valores, crenças, cultura, etc). No entanto, a discriminação se manifesta por meio de práticas que efetivam as outras duas formas de desigualdades raciais.

Precisamos primeiramente reeducar nosso olhar, tomar uma postura de investigador, capaz de mergulhar profundamente em busca do conhecimento para melhor entender quem é o outro que o denominamos como o “diferente”, entender suas concepções e visões de mundo, sua história, cultura, identidade étnicorracial, enfim, seu modo de ser e estar no mundo.

Contudo, levando em consideração o que se precede, é importante que estejamos atentos para o racismo, o preconceito e a discriminação racial e seus agravantes efeitos na vida de muitos indivíduos e como educadores, buscar mecanismos de inclusão para os sujeitos que praticam o racismo e os que sofrem seus efeitos e ajudar superá-los na vida social.

#### **4.2. Os indícios da questão racial na escola**

Do mesmo modo que ocorre na sociedade, a disseminação do racismo, do preconceito e da discriminação racial entre negros e brancos não está apenas no lado de fora das escolas, pelo contrário, ultrapassam suas paredes e se revelam nas salas de aula, no espaço recreativo onde as crianças brincam, e, portanto, se fazem presentes no cotidiano da maioria das escolas de forma paradoxal: ora de modo camuflado, não-explicito: risos, gestos, etc; ora de forma explícita: através de atitudes como agressões físicas e/ou verbais, xingamentos, apelidos, rejeição, afastamento, entre outros.

Infelizmente, conforme Souza (2005), no espaço escolar ocorre a predominância de discursos, práticas, bem como conteúdos que transmitem aos alunos a visão eurocêntrica de privilegiar os brancos e como consequência da omissão da temática afrobrasileira na escola; a perpetuação e a reprodução de práticas

excludentes, bem como das desigualdades raciais entre os alunos e paulatinamente pode interferir em seu processo de formação humana, podendo gerar frustrações, baixa-estima, inclusive possibilitar a distorção do pertencimento racial de muitas crianças negras que acabam sendo alvo do racismo, preconceito e discriminação.

Essa cultura escolar acaba por oprimir e excluir determinadas crianças de maneira sistemática. Exclui quando silencia diante das agressões presentes em seu espaço físico. Esse silêncio opressor e excludente revela a não importância dada a essa temática no cotidiano escolar (SANTOS, 2005, p. 82).

A escola como espaço integrante da sociedade, acaba por reproduzir entre os alunos o padrão estético de beleza e intelectualidade do europeu, por meio de discursos, práticas conteúdos inseridos no currículo (formal ou oculto) e também nos materiais didático-pedagógico como: livros, revistas, cartazes entre outros e com isso, vai gerando o aumento do racismo, preconceito e discriminação entre os alunos.

Em se tratando de materiais didático-pedagógicos, conforme Cavalleiro (2005) é importante voltá-lo para aspectos imprescindíveis que se inserem no espaço escolar como: currículo (formal ou oculto); materiais pedagógicos; principalmente o livro didático e para-didático, bem como as relações interpessoais entre os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar e em especial com a prática pedagógica das professoras, para saber como estes reproduzem e reforçam as desigualdades, a exclusão, o preconceito, a discriminação e o racismo entre os alunos no espaço escolar.

Alguns livros didáticos, paradidáticos ou de literatura infanto-juvenil, trazem por meio de conteúdos, textos, imagens, informações, idéias preconceituosas, discriminatórias e racistas acerca dos negros, transmitindo as crianças um sentido de inferioridade negra e superioridade branca.

Segundo Souza (2005, p. 110):

[...]. Quando os textos, livros ou histórias se referem à pobreza, violência e outras mazelas sociais, geralmente, os negros aparecem nos personagens, nas ilustrações e no conteúdo do texto, não raro, como protagonistas. [...] Já nos livros de contos de fada, como príncipes, princesas e heróis, a presença negra é praticamente inexistente, predominando aí, os personagens brancos, não raros loiros. E isso não passa despercebido pelas crianças.

Conforme a autora podemos constatar nesses livros que o padrão estético de beleza e racionalidade geralmente é voltado mais para os brancos, em contrapartida os negros aparecem nas ilustrações e conteúdos dos textos como inferiores, submissos e responsáveis pela existência dos problemas sociais tais como a: pobreza, a violência entre outros, mas infelizmente essa reprodução do preconceito e discriminação racial não apenas se restringe ao material didático que é trabalhado na escola, de fato, o preconceito racial é também reforçado através dos meios de comunicação como: TV, rádio, jornais, revistas, internet, etc.

Portanto, os educadores e, sobretudo, a escola como um todo, não devem silenciar diante dessas situações, primeiramente, devem cumprir seu papel social debatendo entre seus alunos às questões raciais em busca de combater e superar o preconceito e a discriminação racial, só desta forma poderemos dar um passo importante rumo a *educação antirracista* (CAVALLEIRO, 2001; GOMES 2005).

Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panacéia para os negros brasileiros. Logo a militância e os intelectuais negros descobriram que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Historicamente o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega uma educação formal de embranquecimento cultural em sentido amplo (NASCIMENTO, 1978; MUNANGA & SILVA, 1988 & 1996 APUD SANTOS, 2005, p. 22).

De fato, a maioria das instituições nunca levou em consideração os temas que se referem aos negros, em especial, nos trabalhos dos docentes com os educandos. Na verdade, o que geralmente ocorre no interior da maior parte das escolas, é a omissão, o “silenciamento” ou distorção de informações envolvendo o trabalho com a temática história e cultura africana e afrobrasileira, (SANTOS 2005), ou quando se deparam com situações no cotidiano escolar que sinalizam o preconceito, discriminação e racismo entre seus alunos negros e não-negros. Isto é, quando ressaltam a história e cultura negra em sala de aula, geralmente é apresentando conteúdos e práticas voltados apenas para aspectos como escravidão e folclore: dança, comidas típicas, lendas folclóricas (“Saci”, “Negrinho do Pastoreio”, etc), se remetendo ao povo negro com resquícios de menosprezo, ou “folclorizando” a cultura negra entre os alunos.

Nesse sentido, é imprescindível o papel do educador para tornar o debate etnicorracial efetivo na escola, para que todos obtenham uma maior sensibilização em

relação aos temas que envolvem a trajetória dos negros no Brasil, sua resistência, sua cultura, suas conquistas, sua realidade atual e não restringir a prática pedagógica apenas para aspectos negativos da história dos negros.

O estudo aprofundado da temática afrobrasileira no ambiente escolar possibilita os alunos e demais agentes educativos a construírem posicionamentos e práticas antirracistas diante dos negros no sentido de que não se tornem meros reprodutores de preconceitos, discriminações e racismo tão presentes em nossa sociedade e, em especial, na escola.

Além disso, a escola e demais agentes educativos nela envolvidos precisam desenvolver planejamento, pesquisas, projetos, principalmente, transformação e adequação de suas práticas e discursos que envolvem os negros. Para isso, ela precisa promover projetos que discutam e abordem a história e cultura da África e afrobrasileira, inclusive, contidos no Projeto Político Pedagógico (PPP), pois,

A elaboração do Projeto Político Pedagógico constitui-se numa necessidade de que busca gerar uma nova organização do trabalho pedagógico, não se constituindo apenas em um arranjo formal, mas buscando a qualidade do processo de trabalho vivido na escola, portanto todos que dela participam devem decidir coletivamente sobre o que se quer reforçar e redimensionar na escola (VEIGA, 1996 APUD BENEVIDES, 2009, p. 241).

Assim sendo, o PPP (Projeto Político Pedagógico), possibilita a aproximação de professores, alunos, família, funcionários, comunidade e demais agentes educativos que compõem a unidade escolar, possibilitando a estes conhecerem, a história e cultura dos negros, partindo também da realidade em que a população afrodescendente se encontra, bem como, os fatores que estão associados ao elevado índice de pobreza, desemprego, evasão escolar, analfabetismo, entre outros, buscando possibilitar aos sujeitos envolvidos no ambiente escolar, a desconstrução de idéias preconceituosas, informações errôneas, discursos racistas e posturas discriminatórias perante todos os grupos étnicorraciais, em especial, o grupo negro.

Para isso, a escola precisa desenvolver ações afirmativas, projetos, cursos de formação continuada entre os agentes educativos prezando pela afirmação e valorização das diferenças étnicorraciais entre os indivíduos envolvidos no cotidiano escolar para que também se constituam na formação e prática dos docentes, na perspectiva de que

possam caminhar rumo á uma *educação antirracista* Cavalleiro (2001), que reconhece e valoriza a história e cultura do povo negro.

Daí a importância do papel de outro profissional da educação, o supervisor educacional, pois como profissional que cumpre além de uma função burocrática, sobretudo, este cumpre uma função política, prezando pela qualidade do trabalho educativo, coordenando as atividades pedagógicas, projetos didáticos, além de promover cursos de formação continuada para os agentes educativos que compõe a equipe pedagógica.

Portanto, é nesse sentido, que o supervisor também é um forte aliado para se promover juntamente com os agentes educativos que compõe a escola, uma educação que esteja voltada para as camadas mais oprimidas.

#### **4.2.1. O papel da escola para se promover a educação antirracista**

A escola como espaço de socialização, diversidade de saberes, gênero, raça, crença, classe social, cultura é uma instituição cujo papel é promover a cidadania, a democracia, respeito à diversidade, inclusive a étnicorracial que nem sempre é discutida. A escola e, sobretudo, o professor, cumprem um papel político, social e educativo diante dessa realidade social, principalmente quando se trata de formação de sujeitos que respeitem e valorizem a diversidade e pluralidade étnicorracial. Nesse sentido, é imprescindível o trabalho docente consciente e efetivo com a história e cultura afrobrasileira na escola, uma temática complexa, porém necessária para dar o primeiro passo rumo a *educação antirracista* (CAVALLEIRO, 2001).

A *educação antirracista* conforme a autora, busca abrir oportunidades para se debater constantemente às questões raciais dentro da escola com todos seus atores, para romper com o racismo e seus derivados e, principalmente, para auxiliar os profissionais da educação a ressignificar e redimensionar seus discursos e práticas pedagógicas em que na maioria das vezes, se remetem a população negra numa perspectiva sucinta e depreciativa, quando ao trabalhar a história e cultura negra, se limitam ao dia 13 de maio (Dia da abolição da escravatura); 22 de agosto (Dia do folclore) e o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência negra).

De acordo com Gomes (2003); Oliveira (2003) & Mattos (2009), os negros de fato, sofreram e resistiram ao sistema escravista de diversas formas, seja por meio de: suicídios, fugas, formação de quilombos, mas também se engajaram em movimentos negros, lutando contra o racismo, discriminação e preconceito racial, para conseguir melhores oportunidades de educação, emprego, moradia, etc.

Sem dúvida, deixaram sua presença marcada em nossa história, cultura, música, dança, culinária, língua, religiosidade e em diversas manifestações artístico-culturais afrobrasileiras destacando: a capoeira que sofreu influência do break dance, esta que compõe a vertente da cultura afro-americana como o hip hop, além disso, nossos ancestrais influenciaram também a música brasileira, como por exemplo, o gênero musical: samba em que influenciou as composições, fazendo parte do repertório de inúmeros cantores e sambistas brasileiros como: Clara Nunes, Beth Carvalho, Caetano Veloso, entre tantos outros.

Portanto, devemos ressaltar que nossos ancestrais africanos, embora vitimizados, ao longo de muitos anos, por um cruel sistema escravista, mesmo possuindo um passado negativo, de sofrimentos, humilhações, discriminação, também possuem uma trajetória histórica positiva, repleta de conquistas em diversos segmentos: seja no campo da educação e da política. Inclusive como conquista legal podemos citar a Lei nº 10.639/2003 resultado da luta político-histórica dos movimentos negros e do engajamento de intelectuais negros sensibilizados com as causas raciais que levaram mais de um século para que o estudo da temática história e cultura Africana e Afrobrasileira se tornasse obrigatório em todas as escolas brasileiras (SANTOS, 2005), para que um dia sua história e cultura fossem transmitidas de uma forma ampla e positiva para muitas gerações.

Nesse sentido, cabe à escola e seus profissionais, abrir possibilidades para seus alunos perceberem que os negros foram e são um dos principais protagonistas da história brasileira, e para isso, faz-se necessário que, os educadores ministrem conteúdos que afirmem e valorizem a diversidade etnicorracial.

Na concepção de Cavalleiro (2001), os professores devem explicar aos seus educandos que o racismo e seus derivados configuram algo negativo e que deve ser combatido, mostrando aos mesmos como o racismo, o preconceito, a discriminação racial interferem na vida social e reforçam a exclusão e desigualdades raciais entre os alunos.

O professor tem um compromisso importante na luta contra o racismo e seus derivados, pois ele tem o papel de despertar os alunos para repensar criticamente acerca dos negros e demais grupos étnicos.

A ausência de iniciativas de conflitos raciais existentes entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos, o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos. Para a criança discriminada indica menosprezo pelo seu sofrimento. E, principalmente, explicita que ela não pode contar com nenhum apoio em outras situações semelhantes (CAVALLEIRO, 2001, p. 153, grifo da autora).

Conforme a mesma autora, o educador deve assumir uma postura antirracista, tomando conhecimento diante das desigualdades raciais existentes no cotidiano escolar, pois “silenciar” que o preconceito e a discriminação racial que se fazem presentes entre seus alunos e alunas, revelam-se uma atitude conivente e negligente em denunciar que tais elementos reforçam o quadro de discriminação entre os educandos, tornando-se um forte aliado para reproduzir e perpetuar as desigualdades entre educandos brancos e negros.

Assim, para que o racismo e seus derivados sejam combatidos, faz-se necessário haver primeiramente o compromisso social e educacional do professor. Para isso, ele deve trabalhar os conteúdos e textos inseridos nos livros didáticos, para didático e de literatura infantil e juvenil, bem como outros recursos didático: TV/DVD, computador, etc além de gêneros textuais diversificados como: jornais, revistas, etc, buscando abordar a história e cultura do povo negro numa perspectiva positiva, mostrando para os alunos a longa trajetória de lutas, resistências, conquistas que os negros percorreram, bem como, a significativa influência histórico-cultural que nossos ancestrais deram à formação da sociedade brasileira.

#### 4.2.2 A Lei nº 10.639/2003: avanço político rumo a educação antirracista

Conforme determina a Lei nº 10.639/03 sancionada no início de janeiro de 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a abordagem da história e cultura africana e afrobrasileira deve ser trabalhada efetivamente no cotidiano escolar partindo da trajetória de vida do povo negro, sua história de lutas, resistências, conquistas, bem como sua participação e contribuição na formação da sociedade Nacional.

Segundo Santos (2005, p. 32):

[...] No início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394/96 passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art.79-B. O calendário escolar inclui o dia 20 de novembro como “Dia nacional da Consciência Negra”.

Devemos ressaltar, que a referida lei sem dúvida foi um grande avanço histórico-político conquistado e resultante de uma longa trajetória política do povo negro, principalmente, dos movimentos organizados de negros em que se reconheceu o papel que a educação teve de reproduzir a ideologia racista e a necessidade de ressignificação deste papel num país cujo preconceito, discriminação e racismo sempre se fez e faz presente no imaginário social da maioria dos brasileiros.

No entanto, vale salientar, que mesmo esta lei tendo sido sancionada há mais de oito (08) anos em todo o território brasileiro, a mesma ainda não se faz presente de forma efetiva nos cotidianos escolares da maior parte das escolas brasileiras. De fato, a

referida Lei não é executada efetivamente nas escolas e nem na prática pedagógica da maior parte dos docentes brasileiros conforme nos afirma Cavalleiro (2005):

Infelizmente, tais políticas não desembocam no cotidiano escolar. Há um abismo entre as políticas institucionais e as práticas escolares. No que se refere às políticas curriculares e os processos de ensino-aprendizagem no currículo e nas práticas pedagógicas, verifica-se que os currículos (oficial ou oculto) não incorporam uma sistemática de controle ao racismo, tampouco conhecimentos diferenciados sobre a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira (CAVALLEIRO, 2005, p. 101).

Conforme a autora, torna-se perceptível que maioria dos profissionais de educação necessita de maior qualificação no trato com a temática história e cultura Africana e Afrobrasileira e maior compromisso com a igualdade, valorização e equidade étnicorracial de brancos, negros e índios brasileiros, só assim, a escola poderá por em prática a lei n ° 10.639/2003, com maior conhecimento, sensibilização e compromisso social com a formação de alunos e alunas negros e brancos brasileiros.

A escola precisa optar por um currículo multiculturalista que valorize os diversos grupos culturais quilombolas, indígenas, etc. e dê condições favoráveis para todos os alunos aprenderem a importância da diversidade e pluralidade étnico-racial de tais grupos Cavalleiro (2001). Sobretudo, a escola precisa estar preparada e ser a primeira a dar um passo decisivo rumo ao fortalecimento da igualdade entre os grupos étnicos, especialmente, negros, pois a escola tem um compromisso indispensável diante dos conflitos e desigualdades sociais: combater o racismo e as discriminações, sejam estas em relação a: mulher, pobre, grupo rural, negros entre outros.

Se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, as nossas famílias, as escolas, as (os) profissionais da educação, e a sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da Cultura Afrobrasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (GOMES, 2005, p. 49).

Portanto, para combatermos o racismo e seus derivados, devemos mudar primeiramente a nós mesmos, lançando um olhar mais crítico e positivo sobre os afrodescendentes e a escola precisa manter esse compromisso social, buscando redimensionar e reconfigurar seus discursos e práticas, que de alguma forma reforçam a

inferioridade, menosprezo e exclusão em seu contexto, pois de nada vale incluir tais elementos se apenas busca-se valorizar e privilegiar apenas um determinado grupo racial, deste modo, a escola acaba por reforçar o quadro de desigualdade racial entre os alunos negros e brancos.

Devemos compreender que todos os grupos étnicos que constituem a sociedade brasileira são importantes na construção histórico-cultural do Brasil, desse modo, os professores devem ensinar aos alunos que toda a herança histórica e cultural da população negra foi ao longo da história, esquecida, negligenciada, invisibilizada e que os negros percorreram uma longa trajetória de lutas, resistências e conquistas, para que sua identidade, história e cultura fossem afirmadas, reconhecidas e valorizadas.

Em suma, devemos conhecer e valorizar mais as diversidades de culturas que compõem a sociedade nacional: os negros, índios, brancos, todos os sujeitos participantes e construtores ativos de uma mesma história: a história, a formação, e cultura do povo brasileiro e para isso é preciso estudar mais, pesquisar e se comprometer com a formação plena e cidadã de alunos e alunas brasileiros/as.

## **5. Discussão dos Resultados**

### **5.1 Negação do pertencimento racial: o olhar das educadoras do 4º ano**

Quando se trata do pertencimento racial das educadoras, as mesmas se autodenominam como: “Parda”, “morena”, “morena clara”. Nesse sentido, o que se demonstra é que as mesmas não vêm a si mesmas como pertencentes ao grupo racial negro. As educadoras também mencionam nuances de cor para denominarem seu pertencimento étnicorracial, recorrendo a miscigenação justificando pelo fato de serem provenientes de famílias miscigenadas, com pai negro e mãe branca.

Na concepção de Gomes (2003, p. 81):

O mestiço brasileiro vive em constante conflito. Em algumas situações, a sua mestiçagem contribui para que possa “passar por branco” e ser aceito pela sociedade, levando-o a exaltar a sua origem racial branca e negar a negra ou a índia (grifo da autora).

Com base na autora, inferimos que, as educadoras apenas não se reconhecem como afrodescendente, de pertencer ao segmento racial negro, pois levam em consideração a cor da pele, recorrendo a mestiçagem e assim, parece demonstrar a ausência de maior conhecimento acerca da trajetória histórica-política do grupo negro e sua marcante influência na história, cultura e formação da sociedade nacional. Assim as entrevistadas relataram:

Eu me acho parda [risos da professora]... porque no meu registro de nascimento tem parda [risos], mas... não sei explicar não, só porque consta mesmo, mas eu não sei como é essa cor parda, tem no meu registro parda, mas... eu me acho mais morena. Parda eu acho que é uma cor meio amarela [risos]. Olha, eu me acho morena mais por conta da minha família, minha família todinha é morena (Educadora Benim).

Eu me autodenomino parda, porque a família do meu pai é branca, descendente de europeu e minha mãe é brasileira, mestiça, morena, uma mistura de mãe branca com pai negro (Educadora Chade).

Eu me autodenomino parda, não sou branca. Sou morena clara. Porque a minha família têm negro, branco (Educadora Líbia).

Nas falas das mesmas, percebemos que em nenhum momento afirmaram seu pertencimento racial negro, pelo contrário, recorrendo ao fato de serem provenientes de família inter-racial, apelando para a miscigenação, e isso infere dizermos que, pode resultar numa forma de *escamotear* conforme Gomes (2003), seu preconceito em relação ao grupo étnicorracial negro.

Mas, o que leva essas professoras não se auto-afirmarem negras? Por que elas recorreram à miscigenação como fator para justificar seu pertencimento racial? Será uma forma de escamotear seu racismo? Ou a falta de uma maior formação docente no trato com a temática negra o que pode resultar numa falta de conhecimento das educadoras sobre a temática racial? Será que no imaginário das entrevistadas, mencionar as denominações: pardo, morena, morena clara, revela uma tentativa de “clarear” sua pele?

Para Gomes (2003, p. 79):

A necessidade de “clarear a raça”, presente na fala do brasileiro, não é só uma mera expressão de preconceito. É fruto de um progresso histórico, econômico e cultural que sempre negou ao negro, enquanto grupo social e racial, o direito ao exercício da cidadania, condições

dignas de vida, *status* social, saúde e educação de qualidade (grifos da autora).

A verdade é que, assim como nós, essas educadoras vieram de uma trajetória escolar fruto de um longo processo histórico, econômico e cultural que sempre invisibilizou os negros, e não ofereceu melhores condições e oportunidades para que pudessem ascender social e economicamente.

Portanto, podemos inferir que, para as mesmas, se ver como negras poderia representar uma imagem distorcida, mas se tem negro na família como elas falaram, por que não se identificar com a etnia racial negra? O que significaria ser pardo? Significaria morena para as educadoras?

Pelo que se demonstrou, as educadoras parecem vivenciar um dilema quando se trata de autopertencimento racial, ou seja, não demonstraram esclarecimento em relação ao seu próprio pertencimento racial.

De acordo Gomes (2003, p. 80):

A mestiçagem é usada na sociedade brasileira com um duplo sentido: ora ela é exaltada pra encobrir o racismo e a discriminação racial, garantindo que, por ser um país basicamente mestiço, não faz sentido afirmar a existência do racismo. Ora ela é usada para enfatizar a suposta herança negativa que os negros trouxeram para a população brasileira.

Como percebemos nos relatos das entrevistadas, elas apelam para a mestiçagem para designar sua identidade racial, tornando-se um forte aliado para *escamotear*, ocultar a origem e identidade racial, pois para as autoras: Oliveira (2003), Gomes (2003) e Muller (2003), a miscigenação é um fator histórico e cultural que agiu no Brasil no final do século XIX e início do século XX, como tentativa política das elites brasileiras influenciadas pelas teorias racistas que postulavam uma hierarquia racial em que negros e índios eram inferiores e brancos superiores. Estas elites buscavam atingir o ideal de branqueamento da sociedade brasileira e, conseqüentemente, tentar encobrir o racismo existente em nosso país, cujo objetivo era formar uma nova raça branca: a raça brasileira por meio de duas formas: a imigração européia e o casamento interracial entre brancos, negros e índios.

Em um dos relatos da professora Benim, quando foi indagada se havia resistência dos alunos com relação à temática negra, assim a mesma mencionou:

Ruanda (aluna negra) é um exemplo, ela não gostava, mas quando eu comecei a falar que era importante, que as pessoas antigamente tinham preconceito por conta da cor (...) depois é que ela foi aceitando, não estava acreditando, pensava que não era verdade então eu fui trazendo os textos e eles foram aceitando. Ela não é negra, é moreninha (Educadora Benim, grifo nosso).

Conforme o depoimento acima, percebemos que a educadora reconhece que há resistência por parte de alguns alunos no trato com a temática negra quando relata que sua aluna Ruanda não gostava quando ela trabalhava a temática negra. Por que ocorre resistência de Ruanda em relação ao trabalho da temática negra por sua educadora?

Pelo que foi observado, Ruanda é negra, será que sua resistência poderia se derivar da representação negativa em relação aos negros que se transmite em sala de aula? Sua resistência sinalizaria que se deparou na escola com representações distorcidas e depreciativas em relação ao seu grupo racial? Ou será a forma de abordar a temática negra por sua professora Benim?

Além disso, Benim se refere a sua aluna a chamando de “moreninha”, demonstrando a sua negação do pertencimento étnicorracial da aluna.

De acordo com Cavalleiro (2001, p. 156):

Precisamos entender que a criança negra não é “moreninha”, “marronzinha”, nem “pretinha”. Quando a criança reclama que não quer ser negra, ela está nos dizendo que não quer o tratamento costumeiramente dado às pessoas pertencentes a este grupo racial. O que ela não quer é ser ironizada, receber apelidos, ser excluída das brincadeiras (...) Assim, melhor do que chamá-la de “moreninha” para disfarçar a sua negritude é cuidar para que ela receba atenção, carinho e estímulo para poder elaborar sua identidade racial de modo positivo (grifo da autora).

Além disso, para Gomes (2003), isso sinaliza uma mera expressão de preconceito que está impregnada no imaginário social como fruto de uma longa trajetória histórica, econômica e cultural que sempre não ofereceu melhores oportunidades, condições de vida, emprego, saúde, *status social* a população negra o que resultou na construção de uma imagem negativa do povo negro atribuindo tanto a fatores como: características físicas, cor de pele, tipo de cabelo, como também de sua condição sócio-econômica que geralmente se remete a diversas mazelas sociais, incompetência intelectual e profissional, bem como, incapacidade de relacionar-se socialmente.

De fato, essa visão distorcida com relação ao povo negro foi identificado nas falas das entrevistadas quando foram indagadas se já presenciaram algum tipo de discriminação racial entre seus alunos, estas se remeteram a Tunísia (aluna negra), além de não reconhecê-la como negra, afirmaram que ela é “branquinha” por conta que têm os olhos claros e conforme observado, a mesma possui o tipo de cabelo crespo característico do grupo negro, ainda atribuem o tratamento diferenciado que os outros alunos dão a mesma, devido ela ser proveniente de família socialmente desfavorecida, desestruturada sócio-economicamente e também pelo modo de como ela se dispõe em sala de aula, vejamos nos relatos das educadoras Benim e Líbia que seguem:

Aqui em sala não existe racismo de cor porque tem poucos alunos negros, mas existem outras formas de racismo não só pela cor, o racial, mas na sala, nós temos apenas problemas com uma aluna. É por conta da forma como ela age com os outros, ela é muito desorganizada. Não vem arrumada, o cabelo é desarrumado e os outros pegam muito no pé. Eu trabalho muito essa questão. Ela não é negra, é branquinha, os olhos claros, mas a desorganização dela chama atenção da turma (Educadora Benim, grifo nosso).

Ano passado, numa sala, tinha uma criança, não era negra, só pela maneira maltratada os alunos não queriam sentar perto dela, então eu comecei a trabalhar com a criança dentro do grupo. Ninguém queria trabalhar com ela porque era desmantelada, e isso foi o ponto de partida para eu trabalhar. Mas na turma só tem uma aluna assim, ela não é negra, mas os alunos começam a apontar só porque é suja, maltratada. Então eu comecei a trabalhar mostrando pra eles que a pessoa que é suja, maltratada não é ser negro e que negro tem história. Ninguém queria fazer trabalho com ela porque ela tinha um cabelo assim... (nesse momento a educadora gesticulou pondo as mãos sob a cabeça, demonstrando que o cabelo da aluna apresentava um volume), só porque ela tinha cabelo duro. Ela não era negra, mas porque ela era maltratada, não se cuidava (Educadora Líbia).

Na fala de Benim e Líbia, a criança que elas usam os termos: maltratada, desmantelada, fazem referência a Tunísia (aluna negra) conforme foi observado e que ela sempre foi mencionada por todas as entrevistadas.

Diante do seu relato, a impressão que dá em relação as autodenominações “parda”, morena, morena clara, é que as entrevistadas revelam, bem como a denominação “moreninha” e “branquinha” quando se referem a aluna Tunísia, que

consideram primeiramente a cor da pele, sua pigmentação mais escura para denominar racialmente de negro seus alunos, bem como seu próprio pertencimento racial.

Desse modo, inferimos dizer que para as entrevistadas, quanto mais escura a “cor” da pele, o indivíduo pertence ao grupo negro, e quanto mais clara sua cor, mais se aproxima do grupo racial branco.

Isso implica dizer que, ao negarem sua origem racial negra se autodenominando “morena” ou “parda”, as educadoras não se vêem como negras, o que supõe, que se identificar como “negro”, se remete a uma trajetória histórica e cultural menos privilegiada em relação ao grupo étnico branco, e autodenominar-se “pardo” perpassa no imaginário das docentes, como status social e econômico privilegiado que expressa uma maior ascensão social ou justificando tal denominação “parda” e “morena” por serem provenientes de família miscigenadas. De fato, isso justifica a afirmação da autora Oliveira (2003) que ao citar Mattos (1998) afirma que “negro” e “preto” era a cor do escravo que designava o lugar social que este se inseria e quando este ao se tornar “livre”, passaria a ser registrado nas certidões de nascimento como “pardo”, independente da cor da pele, seria uma forma de diferenciar o negro “livre”, em relação ao negro escravo.

Oliveira (2003) ainda afirma que, etnia e condição sócio-econômica era indissociavelmente ligados, isto supõe dizer que, no imaginário social, ser considerado negro, se remetia ao escravo, sua condição de oprimido, com minoritárias condições favoráveis de vida, saúde, educação, etc, e ao adquirir o status de homem livre, se denominava “pardo”, pois este representava um novo status de condição social. Será que essa origem da palavra pardo tem relação com o uso da mesma nos dias atuais? Será que esta conotação positiva da palavra pardo influenciou seu uso até os dias atuais? O que se demonstra nas falas das docentes é que parece ser mais positivo se auto-afirmar pardo.

Sendo “liberto”, o ex-cativo, poderia usufruir sua liberdade e não ser submetido aos castigos físicos e psicológicos típicos do sistema escravista. Desta forma, este se considera pardo, pois se tornaria livre como os brancos, para adentrar em diversos setores da sociedade, mesmo exercendo funções subalternas, embora não obtendo as mesmas oportunidades de empregabilidade, educação, moradia, nem o mesmo status econômico e social, mas ao se registrarem como “pardo”, ocultando desta forma seu

pertencimento racial, poderiam ter acesso a mais privilégios e oportunidades como os brancos.

Isto supõe pensarmos do mesmo modo como acontecera no imaginário das educadoras que ao se afirmarem como: “parda”, “morena”, “morena clara”, demonstra ser levado em consideração, a aparência física, o fenótipo do indivíduo, bem como sua condição social e econômica, o que leva a crer que ser “pardo” se aproxima da etnia e da condição social do grupo branco.

Além disso, as educadoras não percebem que ser considerado negro, não se restringe exclusivamente a fatores biológicos, traços físicos como: a cor da pele, tipo de cabelo, etc, mas, sobretudo, é ter consciência das lutas e conquistas políticas dos movimentos negros, da resistência do povo negro ao longo da história, por meio das fugas, na formação de quilombos, organizando e adentrando nos movimentos sociais negros ocorridos no Brasil e no mundo para reivindicarem pelos mesmos direitos e privilégios dos brancos e para obterem melhores condições de vida e trabalho.

O povo negro é responsável pela construção do nosso país com sua força de trabalho, com a tecnologia trazida da África, são inúmeras as expressões do trabalho do negro e da negra na nossa história. Ele/a participou da reconstrução de novas formas de manifestações artístico-culturais como: a capoeira, o samba; dança de maculelê, entre outros; incorporou novos temperos na culinária brasileira: o azeite de dendê, a pimenta malagueta, etc e cardápios: o acarajé, vatapá, munguzá, a feijoada, entre outros. Além disso, trouxe a religiosidade de matriz africana para o Brasil destacando o: candomblé, o vudú, a umbanda, entre outros elementos que se fazem tão presentes nos diversos modos de vida do povo brasileiro.

## **5.2 As práticas pedagógicas das educadoras no trato com a temática história e cultura afrobrasileira**

Em relação aos momentos que as educadoras mais ressaltavam a temática história e cultura Afrobrasileira em sala de aula, assim relataram:

Eu não trabalho a história e a cultura Afrobrasileira com meus alunos. Só trabalho dentro de um contexto determinado, dentro dos conteúdos programados no livro, valorizando a raça que agente é descendente dela, que é a raiz negra, porque está no sangue. Trabalho em todos os momentos. A partir da acolhida diária até a saída. Eu trabalho sempre

partindo para o lado da valorização, do respeito a raça. A discriminação é injusto! Agente trabalha a palavra de Deus que prima pela justiça, eu trago sempre a bíblia, leio pra eles. Porque a palavra prega a justiça, o respeito, faz com que o aluno respeite todas as raças, respeite à todos, o pobre, essa categoria. (Chade, educadora 4º ano)

Eu trabalho a temática história e cultura afrobrasileira, mas não continuamente. Eu trabalho quando envolve alguma situação em sala, e também teve o projeto da copa que agente trabalhou as pessoas que fazem a influência negra: como Pelé, a pessoa que trouxe o futebol para o Brasil, o nome dele é Charles Willian Miller. Trabalho de maneira que eles possam entender. Os momentos que eu mais ressalto a temática é sempre que surge um problema e quando dá pra a temática que você está perguntando sobre a Cultura Afrobrasileira. Eu sempre trabalho quando surge um problema na sala, e o conteúdo é mais História e Português e dá pra se trabalhar de forma interdisciplinar (Benim, educadora 4º ano)

E para confirmar a hipótese que tínhamos nesta pesquisa, de que as educadoras do 4º ano trabalhariam a temática racial apenas em dois momentos: o primeiro, em datas comemorativas que ressaltam a história e cultura negra como: o dia 13 de maio, abolição da escravatura, o dia 22 de agosto, dia do folclore e o segundo momento, quando surgem situações que envolvem o preconceito, a discriminação e o racismo entre os alunos, quando assim relata a educadora Líbia:

Eu Acompanhei os projetos realizados com as educadoras do 4º ano hora-hora, dia-a-dia. Houve empenho das crianças. Foi lindo! Foi lindo! Acompanhei às doze turmas do ensino fundamental I e II do 1º ao 5º ano e mais as duas turmas do 6º ano. Encontro barreiras para trabalhar, porque os professores só querem trabalhar nas datas comemorativas. Pela falta de formação continuada dos professores em relação ao tema. A sua leitura se limita às datas comemorativas e os temas específicos da data como o dia 20 de novembro que é o dia da Consciência Negra, ou no dia do folclore, nos conteúdos referentes ao tema de História; quando surgem situações que envolvem discriminação eles trabalham o tema, retoma o tema.

A educadora Benim, trabalhou no dia da abolição da escravidão mostrando a importância de Zumbi dos Palmares e também nos relatou que não trabalhou o Dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). No entanto, a mesma construiu um Projeto sobre a Copa do mundo em que trabalhou a temática negra de forma interdisciplinar, onde agregava a história do surgimento do futebol no Brasil com as disciplinas de Português, Artes, Geografia, etc. Informação colhida por meio de observações feitas no Plano de aula da educadora.

Durante a semana que trabalhava o projeto em sala de aula, Benim, trouxe alguns textos intitulados: “Charles William Miller – O pai do futebol” (Ver em anexo) e “Edson Arantes – “O Rei do futebol” (Ver em anexo) intitulado “A abolição dos escravos” (13 de maio) (Ver em anexo). Analisando este último, pudemos observar que, a imagem disposta no mesmo representava uma personagem negra saindo da casa-grande, levando consigo seus pertences e a personagem demonstrava sorrir, feliz por sua libertação, devido a abolição da escravidão, porém devemos nos ater para o aspecto de felicidade que a imagem transmitiu aos alunos, dando uma suposta impressão de que todos os negros libertos estavam definitivamente satisfeitos por terem saído de um sistema escravista. Entretanto precisamos refletir sobre alguns questionamentos:

Com o advento da abolição da escravidão no Brasil, como os negros se encontravam após serem alforriados e “saírem” de sua condição de escravos? Será que a abolição reverteu o quadro de exploração, opressão, violência sofridos pelos negros e eliminou as desigualdades: sociais, culturais, econômicas entre negros e brancos? Será que no pós-abolição os negros saíram definitivamente de sua condição de explorados, oprimidos sem oportunidades de educação, trabalho, saúde, moradia, entre outros? O que persistiu e o que mudou no pós- abolição?

Conforme foi observado, a imagem disposta no texto perpassa a falsa ideia de que os negros livres estavam definitivamente felizes com a abolição, porém é importante ressaltar que, embora estivessem “libertos” do sistema escravista, muitos continuaram sendo vitimados pelas injustiças e desigualdades sociais em seus mais diversos aspectos, pois não foram indenizados pelos anos de trabalho escravo, não receberam nenhuma ajuda para se inserirem no mercado de trabalho e nas cidades não foram beneficiados por nenhuma política pública para moradia, saúde, educação, ficaram entregues a própria sorte e, esse triste passado, ainda trás consequências para o presente se refletindo em nossa realidade em que muitos negros e negras continuam sofrendo, pois com o sistema capitalista vigente são impedidos de obterem melhores condições e oportunidades de vida.

Contudo, a trajetória de história da população negra não se limita a uma perspectiva negativa de opressão, negligências, desigualdades e exclusões, mas há uma trajetória de resistência, lutas, conquistas históricas, até mesmo legais e do ponto de vista político.

Em se tratando do conteúdo do texto trabalhado pela professora, o mesmo trata a abolição dos escravos de forma superficial, sucinta. Por exemplo, no quarto parágrafo do mesmo havia a seguinte frase: *“Viviam geralmente agrupados em senzalas e eram vigiados por feitores, que supervisionavam seus trabalhos, castigando-os quando não obedeciam às suas ordens”*

Conforme parte destacada na citação podemos perceber que a idéia remetida no trecho é de que os negros escravos poderiam sofrer castigos, punições de seus feitores por não obedecerem aos mesmos, pois o sentido que se denota no conteúdo do mesmo é a idéia de que os cativos eram rebeldes, mas, no entanto, o texto não deixa explícito os reais motivos pelos quais os cativos poderiam não obedecer a determinadas ordens.

Desse modo, demonstra uma ocultação dos reais motivos como: as péssimas condições de trabalho, de alimentação e de convívio nas senzalas, além de castigos físicos e humilhações sofridas pelos escravos que poderiam levá-los ao não cumprimento das ordens dos feitores e desta forma, fossem castigados.

Diante do exposto, o conteúdo do texto também demonstra de certa forma resquício de preconceito, racismo e discriminação contra os negros, mas será que a omissão, a ocultação de determinadas informações relacionadas à trajetória de vida e cultura dos negros também não se faz presente no discurso da educadora? Observamos que a educadora Chade, quando ao explicar o conteúdo sobre a história dos negros para as crianças na aula ministrada sobre o dia da abolição da escravidão, disse a seguinte frase: *“Os negros brigavam por um pedaço de comida e por isso o “bem feitor” castigava eles, colocando-os no tronco”* (Diário de campo, 13/05/2010).

Com base nesta fala da educadora, levamos a crer que demonstra um preconceito em relação aos negros, reproduzindo no espaço escolar por meio deste, a falsa idéia de que os negros eram rebeldes, marginalizados, mal educados. Diante disso, como ficam as crianças ao presenciarem falas que menosprezam a história e cultura do povo negro por parte do seu próprio educador? O que isso pode implicar em sua formação social?

Como percebemos o conteúdo do texto, bem como a fala da educadora, foram omissos em divulgar os verdadeiros motivos que levariam alguns negros a “brigarem por comida”, ou por em certas circunstâncias não obedecerem aos feitores, não se levava em conta seu estado como ser humano, eles eram tratados como animais, não se consideravam aspectos morais, emocionais, físicos, sociais, sua dignidade humana.

Além disso, o texto e o discurso da educadora, ambos não mencionaram as circunstâncias que os negros libertos, se encontravam no pós- abolição. Conforme o que foi mencionado, percebemos que Chade não aprofundou o conteúdo de história e cultura afrobrasileira entre seus alunos e ainda mostrou a Princesa Izabel como a “redentora” e o dia 13 de maio foi mostrado como o dia da “libertação” do povo negro, por isso deveria ser comemorado.

Vale ressaltar que o educador como formador de opinião (GOMES 2003), também é um referencial para as crianças que se encontram em um processo de formação: cognitiva, social, cultural, afetiva, entre outros e que assimilados estes conteúdos, elas podem levá-los como valor de verdade ao longo da vida, se refletindo desse modo na própria construção e afirmação positiva da identidade racial pelas crianças brancas e negras, possivelmente, podem internalizar informações que perpassa a ideia de menosprezo, inferioridade para com seu grupo racial, principalmente quando estes são presenciados no próprio espaço escolar, que deve estar aberto às diferenças em todos os aspectos, inclusive a racial.

Infelizmente isso não passa despercebido pelas crianças tendo em vista que elas podem possivelmente construir uma imagem negativa e distorcida dos negros, perder o referencial de si mesmas, o que pode também levá-las a não-afirmação de sua identidade racial ou e a desvalorização de sua própria história e cultura (CAVALLEIRO, 2001).

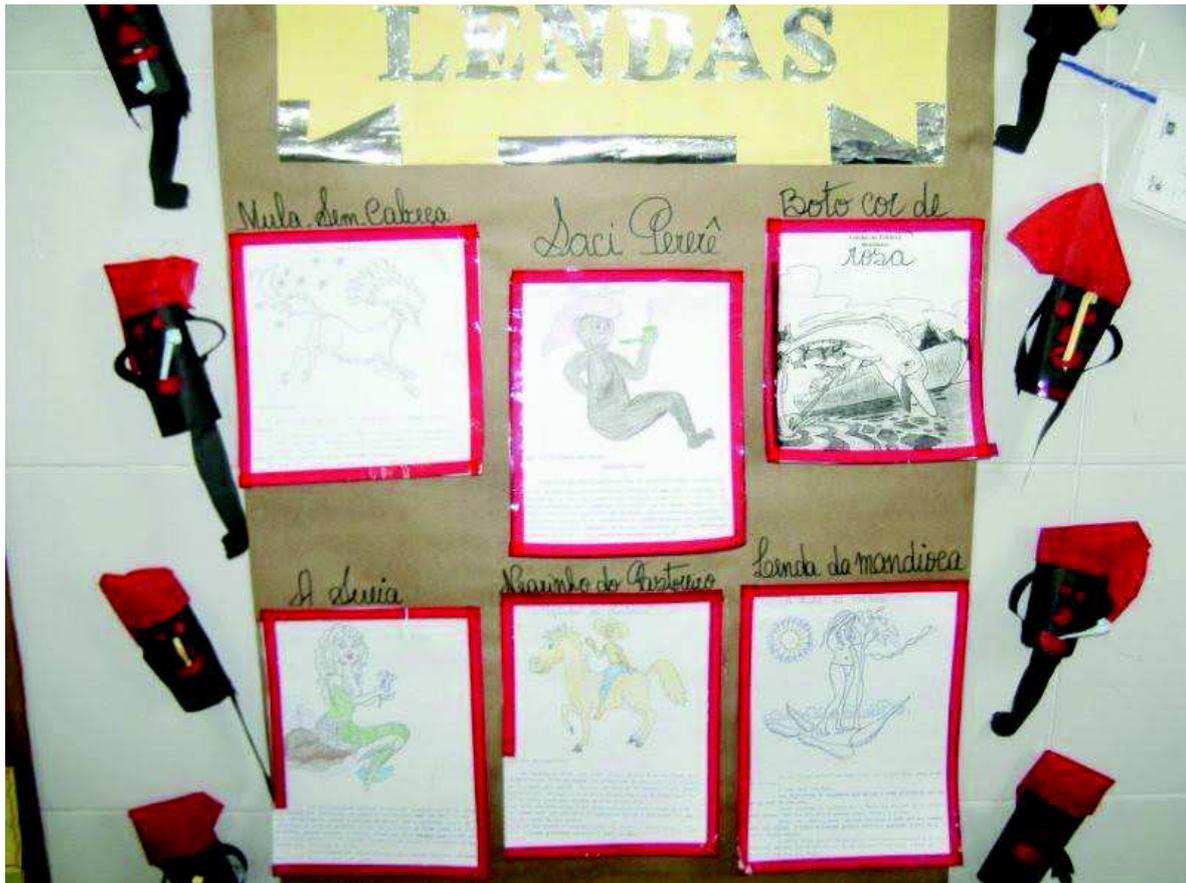


Foto 1: Cartaz produzido pelos alunos do 4º ano da educadora Chade, representando as lendas folclóricas e exposto na Culminância do folclore em agosto de 2010.

Outro dado importante diz respeito à semana do Folclore, em especial, à Culminância do Folclore realizada por uma das educadoras em uma das turmas do 4º ano, em que durante a semana, a mesma trabalhou o folclore com seus alunos e propôs diversas atividades, uma delas, os alunos confeccionaram sacis em cartolina.

Além disso, foram expostos diversos cartazes feitos pelos alunos que ressaltavam elementos da cultura Afrobrasileira, e também alguns objetos que representavam as culturas: Afrobrasileira, Européia e Indígena que foram expostos para a turma.

O interessante na imagem acima, se repararmos bem, a representação que a escola ainda tem e perpassa aos alunos acerca da cultura negra, é sempre associada a uma perspectiva folclórica. Até mesmos se prestarmos atenção nas imagens dos sacis que foram confeccionados pelos alunos da educadora Chade, vemos como a representação que se tem do negro é caracterizada a priori pela cor da pele e não por sua complexa e rica dimensão histórica, política, cultural.



Foto 2: Alunos da turma da educadora Chade dançando a capoeira na aula de Culminância do folclore realizada em agosto de 2010.

Foram apresentadas pelos próprios alunos da turma da educadora Chade, duas danças correspondentes as culturas Afrobrasileira e Afro-Americana, em que Moçambique representou a dança hip hop representante da cultura negra dos Estados Unidos e a aluna Somália, representou a capoeira dança correspondente a cultura Afrobrasileira como descreve a imagem acima (Diário de campo, 27/08/2010).

Devemos ressaltar que mesmo a educadora ter proporcionado seus educandos desenvolverem atividades culturais para a turma representando a cultura negra durante o período do folclore, tratar da temática negra, não se restringe a datas comemorativas, mas deve-se tratar desta temática em todo o ano letivo.

De fato, tratar da questão racial dentro do espaço escolar, envolve diversas ciências: sociologia, antropologia, geografia, história, pedagogia, entre outras.

### 5.3. Mito da Democracia Racial no imaginário das educadoras do 4º ano

A falsa idéia da democracia racial existente entre negros e brancos, se apresentou em algumas falas das educadoras Benim e Chade, como verificamos por meio de observações e entrevistas realizadas.

Eu sempre tento resolver pra eles na maneira que tem que respeitar as pessoas do jeito que elas são. Que nosso sangue é a mesma cor. Se agente for pesquisar mesmo, tem muitos exemplos de negros, como tem várias atrizes negras que são importantes na nossa sociedade. Um exemplo é Tais Araújo, Pelé e outros que não vêm a memória agora (Educadora Benim).

Eu digo pra eles que a cor do sangue é a mesma, quando agente corta a pele a cor do sangue é vermelho tudo igual, e a pele é superficial (Educadora Chade).

Diante disso, a impressão que temos é de que, falar de negro no espaço escolar pelas profissionais ali inseridas, parece denunciar seu próprio preconceito e racismo com relação ao negro, e na tentativa de “camuflar” a desigualdade racial para com os negros.

A escola por vezes, acaba por omitir ou mostrar uma falsa “democracia racial” existente entre os alunos negros e brancos em que todos aparentemente são iguais perante Deus ou que se relacionam bem uns com os outros. Assim, muitos educadores optam por discursos em sala de aula como foi verificado quando a educadora Chade ministrou a aula sobre a abolição da escravidão apresentou em sala para os alunos as falas: “*Nós somos iguais e semelhantes perante Deus, porque se agente corta a pele, a cor do sangue é a mesma*”, “*A justiça de Deus é a mais reta*” (Chade, Diário de campo, 13/05/2010).

Explicou sobre a criação do mundo pela visão do cristianismo, mostrando para os educandos que Deus criou o mundo e todos os indivíduos, brancos, negros e índios e por isso “somos todos iguais”, assim demonstrou-se como forma de negação ou ocultamento do preconceito e da discriminação racial, revelando-se também resquício do mito da democracia racial, onde se defende a falsa idéia de que negros, brancos e índios convivem com igualdade e respeito pela diversidade cultural de cada matriz étnica.

Temos a impressão que, mostrar as diferenças em seus mais variados aspectos, sobretudo, étnicorraciais para os alunos, funciona algumas vezes como uma forma do educador denunciar seu próprio racismo, preconceito e discriminação racial.

Gomes (2003) em sua concepção nos mostra que:

No seu discurso, a democracia racial elege os negros “bem-sucedidos”, como por exemplo, Zezé Motta (atriz e cantora), Ruth de Souza (atriz), Pelé (ex-jogador de futebol), Milton Nascimento (cantor e compositor) entre outros, para reforçar que, se existisse racismo no Brasil, estes

negros não teriam ascendido socialmente. Ainda usando de alguns poucos exemplos, os adeptos da democracia racial alegam que, estes negros conseguiram se destacar social e economicamente, todos os outros podem fazê-lo e, se não o fazem, é porque não se esforçam para tal (GOMES, 2003, p.62-63).

Essa falsa idéia de existir uma igualdade racial entre negros e brancos em nosso país é resultado de um processo histórico que impregnou no imaginário social, inclusive do próprio negro e destas educadoras, a idéia errônea de que todos “somos iguais” porque a cor do sangue é a mesma ou porque existem no Brasil, muitos negros que ascenderam social e economicamente adquirindo fama, sucesso, prestígio social e respeito por todos, inclusive pelos brancos como por exemplo: Pelé (ex-jogador de futebol), Taís Araújo (atriz), Gilberto Gil (cantor e Ministro da Cultura), entre outros. Assim, passamos a crer na falsa idéia de que os negros têm as mesmas oportunidades e condições histórico, cultural e econômica para ascenderem social e economicamente como os brancos e se não conseguiram atingir o status social e econômico é porque não se esforçam para isso.

De fato, o mito da democracia racial, oculta os reais motivos pelos quais levaram muitos negros brasileiros, a continuarem permanecendo na condição de oprimidos, que resulta num longo processo histórico, político e cultural que sempre negou aos negros, melhores oportunidades de vida e que o sistema político brasileiro ao longo desse mesmo processo, tentou encobrir o racismo para com a população negra.

#### **5.4.Negação ou o não reconhecimento do preconceito e da discriminação racial no espaço escolar? Quando o silêncio fala mais alto.**

*“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na ação-reflexão-ação” (Paulo Freire).*

Outro ponto semelhante encontrado nas falas das entrevistadas diz respeito ao fato de, ao serem indagadas acerca de terem presenciado alguma situação de preconceito, discriminação racial entre seus alunos, as educadoras Benim e Líbia afirmaram a ocorrência de tratamento diferenciado em relação a uma de suas alunas,

Tunísia (aluna negra), mas não demonstraram reconhecer a existência do racismo, preconceito e da discriminação racial para com a mesma.

Ambas mencionaram que seus alunos não queriam aproximação de Tunísia, justificando o tratamento diferenciado que os mesmos tinham para com a aluna, devido o modo de como ela se colocava em sala, sua aparência física: seu cabelo, sua procedência familiar, ao relatarem que a mesma era proveniente de família socialmente desfavorecida e, também, do modo como ela agia para com os colegas em sala, se referindo a mesma com expressões como: “desarrumadinha”, ”desmantelada”, “maltratada”, “cabelo desarrumado”, “cabelo duro”.

Outro dado importante a ser discutido, apresentou-se na entrevista com a educadora Benim, que também não reconhece o pertencimento racial negro da aluna, chamando-a de “branquinha” porque ela possui os “olhos azuis”, como demonstrou em seu depoimento anteriormente e acrescenta:

Não observei nenhum tipo de discriminação racial entre meus alunos em sala de aula. Eles só têm uma forma diferente de tratar Tunísia (aluna negra) por conta de como ela se dispõe em sala de aula, a falta de organização que ela chega “desarrumadinha”, o “cabelo desarrumado”, mas pela cor eles não xingam não. Aqui na sala só tem um aluno moreninho, mas eles têm maior amizade com ele, mas nunca teve racismo de cor aqui em sala de aula não e nem fora de sala. Tunísia tem o cabelo bem enroladinho. Ela estava até aqui comigo hoje. É, mas aqui na sala não tem discriminação, não pela cor, porque ela é branquinha, o racial não (Benim).

Por que será que essa educadora não reconhece que ocorrem atos discriminatórios entre seus alunos? A própria forma de negar que a aluna é negra não seria um tipo de discriminação? O silêncio das educadoras significa o quê?

Conforme Cavalleiro (2001), o racismo, o preconceito e a discriminação racial ocorre mediante a linguagem verbal como: ofensas verbais, xingamentos, apelidos e também pela linguagem não-verbal como: posturas, expressões de risos, atitudes como: afastamento e rejeição.

Já teve agressão verbal. O aluno que discrimina ela (aluno branco Lesoto), chama ela de sebosa... Olha... isso começou já vêm de tempo, desde do ano passado que já tinha sempre um apelido pra ela. Agora no

final do ano até que eles diminuíram mais, mas no início foi muito difícil trabalhar com eles, porque eles não queriam aceitar ela de forma nenhuma. Eles sempre rejeitam ela se vai fazer uma tarefa em dupla. Ela xinga também. É porque ela provoca. Xinga eles, cria confusão, chama palavrão. [...]. A situação da família de Tunísia eu conheço assim, não vivenciando, de vista, de longe. Já vêm de família mesmo. A família dela é de origem totalmente desestruturada. A mãe dela não é negra. É clara, é assim branquinha. Eles são brancos, e como eles ficam muito no sol... eles ficam um pouco queimados (Benim).

Conforme o relato acima, verificamos que Benim, não reconhece que Tunísia pertence ao segmento racial negro, pois conforme o observado, a educanda apresenta o cabelo crespo, característico do grupo racial negro, além disso, a docente não reconhece a existência e efeitos do racismo em sua sala de aula, mas que de fato foi demonstrado em sua fala quando menciona que ocorre tratamento diferenciado dado a Tunísia por parte dos outros alunos que não querem aproximação dela, a rejeitam nas atividades escolares, bem como se dirigem a mesma com ofensas verbais e agressão física sinalizando portanto, o racismo entre seus alunos.

Além das agressões verbais sofridas por Tunísia (aluna negra) por parte de Lesoto (aluno branco de sua turma), a mesma também sofreu agressão física por parte do mesmo como foi identificado mediante uma das observações feitas em uma das aulas ministradas por Benim, onde Tunísia foi afastar sua cadeira e sem querer a cadeira caiu e os alunos começaram a rir dela.

Conforme os relatos de duas alunas da turma, Lesoto estava querendo machucá-la com um estilete feito artesanalmente e quando a professora tomou conhecimento do tal fato, o direcionou a diretoria e como punição de seu ato, o mesmo ficou suspenso por quatro dias e proibido de entrar na escola. Dessa forma Lesoto irritou-se com sua punição e não quis assistir a aula e ao sair da classe, tentou chutar Tunísia enquanto esta fazia a ponta de seu lápis e ameaçou a mesma dizendo: *tu me paga! Tu me paga!* (Diário de campo, dia: 01/06/2010).

Segundo alguns relatos colhidos de duas alunas da turma nesta mesma ocasião, perguntei as mesmas se tal fato sempre ocorrera com Tunísia (aluna negra) por parte de Lesoto (aluno branco) e as alunas relataram que ele sempre implica com a mesma, e que o mesmo levou para a sala um estilete porque ele queria cortar o cabelo de Tunísia conforme foi registrado em diário de campo.

Diante do que se procedeu, nos perguntamos: Por que Lesoto (aluno branco) apenas se direcionava a Tunísia (aluna negra) para agredí-la verbal e fisicamente e não

se direcionava aos demais alunos? Por que escolheu cortar o cabelo da mesma? Seria uma forma de denunciar seu racismo mediante a tentativa de cortar o cabelo de Tunísia, tendo em vista que seus traços físicos como: a textura do cabelo, dos lábios deixam evidente sua identidade racial negra em relação aos outros alunos?

Tendo em vista o que se sucedeu, precisamos ater nosso olhar ao fato de que, a representação do negro, seus traços físicos: tipo de cabelo, cor da pele, textura dos lábios, entre outros, se fazem presentes no imaginário social, inclusive no próprio imaginário de muitos educadores e alunos.

É imprescindível o educador estar atento para estas situações, principalmente quando envolvem sujeitos que estão em pleno processo de formação cidadã como as crianças e os jovens, pois as aulas, os conteúdos ministrados, o ano letivo, de fato passam, mas as situações vivenciadas e as atitudes preconceituosas, discriminatórias e racistas podem permanecer nitidamente no imaginário e nas práticas destes alunos que presenciaram tais fatos, como também, para aqueles que praticaram e sofreram com os efeitos nefastos desses atos discriminadores, podendo reproduzir em outras situações no decorrer de seu convívio social.

Portanto, na medida em que as educadoras não têm conhecimento dos efeitos do preconceito e da discriminação racial em seu espaço de atuação: a escola, e nem reconhece de como estes se fazem presentes mediante expressões verbal e não-verbal como: xingamentos, apelidos, atitudes de afastamento, rejeição, risos, gestos, etc, bem como em falas, práticas pedagógicas e material didático para se trabalhar a temática racial no espaço escolar, fica mais difícil prezar pela valorização da diversidade etnicorracial entre alunos e alunas negros e brancos e construir sujeitos capazes de respeitar as diferenças em seus múltiplos aspectos.

Devemos ressaltar que, na medida em que, a criança que discrimina e as outras crianças que presenciam constantemente o preconceito e a discriminação racial para com as outras crianças sem haver a intervenção contínua do educador, bem como da escola como um todo, sinaliza que, os que praticam o racismo e seus derivados podem repetir tal ação discriminatória, reproduzindo tais comportamentos ao longo do seu convívio social com os outros sujeitos.

Contudo, dentre todas as duas educadoras do 4º ano entrevistadas, apenas a professora Chade, reconhece a existência do racismo entre seus alunos quando assim nos relata:

Já presenciei discriminação em sala, os alunos discriminam a cor, o tipo de cabelo, a cor, com apelidos como: “negrinha”, “cabelo de bombril” foi no início do ano. Eu digo pra eles que a cor do sangue é a mesma, quando agente corta a pele a cor do sangue é vermelho tudo igual, e a pele é superficial. [...]. Nós fizemos uma pesquisa. Eu pedi pra eles fazer uma pesquisa na rua onde eles moravam pra observar se existia discriminação entre as pessoas que moravam na comunidade familiar, no contexto comunitário que existia, tipos de apelidos usados e eles trouxeram vários apelidos e falaram na sala, porque tinha um menino que era gordo, ele era bem gordinho, eles disseram também “fio de telefone” porque o fio é preto e uns pejorativos.

Diante disso, fica evidente que a educadora reconhece a existência do preconceito e da discriminação racial entre os alunos.

No entanto, vale ressaltar que não basta apenas reconhecer a existência do racismo e seus derivados no espaço escolar, é necessário primeiramente tratar da questão racial com esclarecimento, consciência crítica e principalmente compromisso social em priorizar pelo debate étnicorracial efetivo no cotidiano escolar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos neste trabalho que o ideal de igualdade e a negação do auto-pertencimento racial negro por parte das educadoras, foi uma constante, bem como a negação da existência do racismo, preconceito e discriminação racial por parte de seus alunos e principalmente sofrido pela aluna negra Tunísia também se configurou em suas falas.

De fato, o que predominou no conteúdo de suas falas, foi o apelo constante à miscigenação, como justificativa para denominar seu pertencimento racial, mas não reconhecendo e se vendo como afrodescendentes, nem demonstrando o conhecimento mais aprofundado em relação à história e a cultura de nossos ancestrais negros.

Outro dado importante encontrado neste trabalho, se trata dos momentos em que as educadoras trabalhavam a temática história e cultura afrobrasileira e conforme observações e depoimentos, as educadoras não trabalharam a temática constantemente no espaço escolar, conforme verificado nos dados colhidos por meio de observações e nas entrevistas, as mesmas trabalharam apenas em dias festivos como: o 13 de maio (Dia da abolição da escravidão); 22 de agosto (Dia do folclore), e dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e que apenas Benim trabalhou a temática negra no período da copa do mundo que ocorreu em 2010, (ano que foi realizada esta pesquisa) e que foi sediada na África do Sul.

É importante ressaltar, que dentre as educadoras do 4º ano, apenas Chade desenvolveu um trabalho com a temática História e cultura Afrobrasileira diferenciado pelo fato que, na Culminância do folclore, introduziu as manifestações características da Cultura Afro-Americana em que seus alunos Moçambique e Somália praticaram as manifestações da Cultura Afro-Americana e Afrobrasileira.

Percebemos que a temática negra, só é ressaltada com maior ênfase quando se refere às datas comemorativas, ou quando surgem oportunidades para ser trabalhadas com maior profundidade, destacando o maior evento futebolístico: a copa do mundo, como foi mencionado pela educadora Benim, em que geralmente a maior parte dos docentes ressaltam a importância de Pelé, negro que obteve fama, prestígio e reconhecimento no mundo, como forma de mostrar aos seus alunos a falsa ‘democracia racial’, em que os negros têm a mesma oportunidade de ascenderem socioeconomicamente no Brasil.

Em suma, o trabalho com a temática história e cultura afrobrasileira na ótica das práticas pedagógicas das educadoras se revelou de modo ambíguo, por dois ângulos: ora mostra aos alunos o negro de forma “folclorizada”, como apenas contribuinte da cultura afrobrasileira apresentando suas danças, comidas típicas, lendas. Ora, apresentam os negros como escravos, inferiores, submissos, explorados e não como construtor e participante ativo de nossa história.

Todavia, precisamos compreender que, na história e cultura Africana e afrobrasileira há uma ampla dimensão histórica, política e cultural que deve ser estudada com maior rigor crítico e profundidade teórica e que sua compreensão não se restringe a datas comemorativas, mas há uma complexidade que deve ser melhor estudada.

Conforme percebemos nos depoimentos que foram expostos neste trabalho, fica evidente que as entrevistadas não reconhecem a existência do preconceito e discriminação racial existente no espaço escola e que foi sofrido pela aluna negra Tunísia, além de ser verificado em seus relatos que ainda há pouco esclarecimento das mesmas em relação à temática história e cultura afrobrasileira.

Portanto, mesmo que muitos não se considerem negros, todos nós somos brasileiros independentes de nossa identidade racial, crença, cor de pele, etc. Nós pertencemos a uma mesma história. Assim, África e Brasil, são indissociáveis principalmente quando se trata de história e cultura afrobrasileira.

Diante disso, como ficam as crianças negras que sofrem com o racismo e seus derivados constantemente num ambiente que deveria primar pelo respeito à diversidade e pluralidade étnicorracial? Será que a ausência de atitude por parte da educadora diante dos conflitos raciais entre seus educandos sinaliza que eles não podem contar com seu apoio? Como a escola deve agir diante dos conflitos raciais existentes entre seus alunos?

Precisamos compreender que dependendo de como se procede o trabalho pedagógico do educador, bem como ocorre a sistemática de trabalho da escola como um todo, tanto poderá contribuir para que educandos e educandas negros e brancos possam construir uma concepção positiva de sua identidade racial, história e cultura e avançar numa formação antirracista, como também pode interferir em seu processo de formação humana e cidadã, e possivelmente dificultar alunos negros de afirmarem positivamente

seu pertencimento étnicorracial e impedi-los de se sentirem valorizados, reconhecidos e respeitados perante demais grupos étnicos.

Portanto, se queremos mudar o quadro de evasão escolar, de reprodução do racismo, preconceito e discriminação racial entre os alunos, devemos pensar numa escola que valorize seus sujeitos sem distinção de raça, crença, gênero, classe social, etc., pois se almejamos combater o racismo e seus derivados, devemos estar atentos para seus efeitos nefastos na vida de muitos alunos, para isso é importante que estejamos atentos e abertos para debater entre aqueles que praticam a discriminação e o preconceito racial sobre suas conseqüências na vida daqueles que são vítimas e sofrem constantemente seus efeitos.

A escola como espaço de atuação dos profissionais da educação, precisa estar atenta para reconhecer a existência do racismo, e buscar mecanismos de inclusão e medidas sócio-educativas para combater a desigualdade racial. Para isso, apontamos algumas como:

- Debater constantemente temas que envolvem a discriminação, preconceito, racismo em especial, que tratam das questões raciais entre todos os sujeitos que atuam em seu espaço escolar, tornando o debate antirracista efetivo e contínuo;
- Promover projetos, cursos que visem erradicar o racismo e seus derivados, para amenizar seus efeitos entre alunos negros e brancos;
- Construir projetos, inclusive o Projeto Político Pedagógico que insiram temas que envolvem gênero, classe social, sexualidade, etnia, etc, paltados na valorização dos sujeitos de sua origem étnico-racial, cultura, gênero, para possibilitar todos a participarem e repensarem a escola como um espaço de construção e reconstrução de saberes-fazeres, que tem o imprescindível papel por primar pela igualdade, valorização e afirmação da diversidade e pluralidade étnicorracial entre todos;
- Promover reuniões e cursos de formação continuada para os agentes educativos, sobretudo os docentes, para possibilitá-los a trabalharem a história e cultura Africana e Afrobrasileira numa dimensão geográfica, histórica, política e cultural e numa perspectiva positiva de afirmação e valorização da cultura negra para que não limitem seu trabalho com a temática negra no dia 13 de maio, 22 de agosto e 20 de novembro;

Portanto, buscando compreender a marcante influência e o importante significado da história e cultura dos nossos ancestrais, negros, brancos, índios, todos nós brasileiros e brasileiras nos encaminharemos rumo à educação antirracista, onde todos afirmam, reconhecem e valorizam orgulhosamente a diversidade etnicorracial e aprenderemos a nos orgulhar da história e cultura afrobrasileira, nossa própria história.

Esperamos que este trabalho pudesse redimensionar os fazeres e saberes dos profissionais da educação em geral para que estes se respaldem na ação-reflexão-ação contínua, sobretudo diante dos conflitos raciais. Além disso, Estado, escola, família, sociedade, todos devemos lutar pela superação do racismo tão impregnado nas raízes históricas e no imaginário da sociedade, em especial, da nação brasileira.

Para isso, primeiramente precisamos nos conscientizar de que todos, temos o compromisso social em lutar pela igualdade racial entre negros, brancos e índios e reconhecer a importância dos nossos ancestrais para a nossa autoconstrução enquanto sujeitos de histórias, que constrói, cria, reinventa, intervém e transforma a própria história.

## 7.REFERÊNCIAS:

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: BARBOSA, Inês de Oliveira; ALVES, Nilda (Orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13- 38. (Coleção Metodologia e pesquisa do cotidiano).

BENEVIDES, Emanuel de Souza. A organização do tempo escolar na Escola Cândido Régis de Brito. In: ROCHA, Vagda Gutemberg Gonçalves; MEDEIROS, Almira Lins de. (orgs.). **O Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva, uma produção de saberes**. Campina Grande: EDUEPB, 2009, p. 241- 252.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: história e cultura afrobrasileira**. In: \_\_\_\_\_. João Pessoa, PB: Grafset, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65- 104. (Coleção educação para todos).

\_\_\_\_\_. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: \_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo negro, 2001. p. 141- 160.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

\_\_\_\_\_. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN: BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39- 62. (Coleção educação para todos).

JOVINO, Ione da S. **Da mulher negra na ficção**. In: Oro Obinrim. 1º prêmio literário e ensaístico sobre a condição da mulher negra. Rio de Janeiro: Crioulo, 1998.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. In: \_\_\_\_\_. São Paulo: Contexto, 2009.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento. In: OLIVEIRA, Iolanda de. (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 73- 106.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações raciais e educação: novos desafios**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PESSANHA, Maria de Jesus. O negro na confluência da educação e da literatura. In: OLIVEIRA, Iolanda de. (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 145- 172.

POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. As ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. **Mínima metodológica**. Campinas, SP: Alínea, 2004, p. 19- 34.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21- 37. (Coleção Educação para todos).

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 105- 120. (Coleção Educação para todos).

## 8. APÊNDICE

Questionário aplicado para a entrevista semi- estruturada realizada com as educadoras.

### Roteiro de perguntas

- 1- Você trabalha a história e a cultura afrobrasileira com seus alunos? De que modo?
- 2- Em que momentos você mais ressalta a temática para trabalhá-la com seus alunos?
- 3- Qual (ais) seu (s) objetivo (s) em trabalhar a temática afrobrasileira com os alunos?
- 4- Qual à sua concepção sobre História e cultura afrobrasileira?
- 5- Em sua turma, existe que participa (m) de alguma prática cultural afro? Caso participe, especifique o tipo de representação cultural afro quês seus educandos costumam praticar.
- 6- Quais às suas principais dificuldades que lhe compromete em trabalhar a temática História e cultura afrobrasileira?
- 7- Que material/recurso didático você utiliza para trabalhar a referente temática?
- 8- Como os alunos participam ou se envolvem nas atividades propostas sobre essa temática?
- 9- Você já observou algum tipo de preconceito, discriminação, racismo entre seus alunos em sala de aula?
- 10- Como você se autodenomina: Branca, negra ou parda? Por quê?

# 9- ANEXO

6



## A libertação dos escravos

(13 de maio)

Desde o início do povoamento do Brasil, no século XVI, até 1888, houve escravos negros em nossa Pátria.

Os escravos eram trazidos da África e vendidos no Brasil às pessoas que necessitavam de gente para trabalhar em suas propriedades: fazendas, chácaras, engenhos de açúcar, mineração, transporte de mercadorias e casas residenciais.

Também os filhos dos escravos africanos nascidos aqui no Brasil, tornavam-se escravos de seus senhores.

Os escravos não tinham liberdade para dispor de seu tempo e de seu trabalho em proveito deles mesmos. Viviam geralmente agrupados em senzalas e eram vigiados por feitores, que supervisionavam seus trabalhos, castigando-os quando não obedeciam às suas ordens.

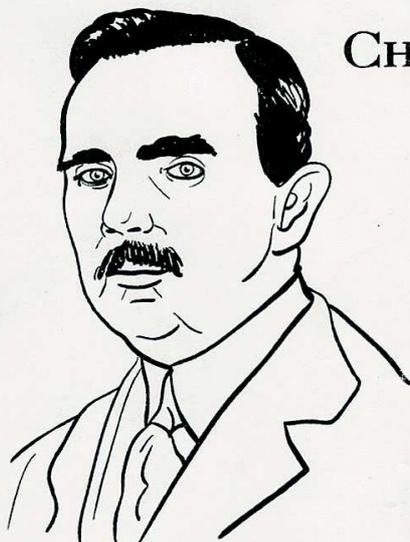
Embora a maioria dos escravos fosse tratada com muita severidade por seus senhores, havia exceções: alguns proprietários de escravos concediam-lhes a alforria isto é, a liberdade.

Para acabar com a escravidão no Brasil foram necessárias muitas leis em favor dos escravos.

Imagem 1: Texto utilizado na aula sobre a Abolição da escravatura na turma da educadora Chade

Primeiro, o ministro da Justiça, Euzébio de Queiroz, decretou uma lei que proibia trazer novos escravos para o Brasil, a partir de 1850. Depois, foram declarados livres: as crianças e os velhos acima de 65 anos de idade.

Finalmente, a 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, terminando oficialmente a escravidão no Brasil.



## CHARLES WILLIAM MILLER – O PAI DO FUTEBOL

Charles Miller foi jogador, árbitro e dirigente. É considerado o pai do futebol no Brasil. Apaixonado por esportes, também foi o fundador da Associação Paulista de Tênis.

Nascido no bairro paulistano do Brás, em 24 de novembro de 1874, era filho de um escocês e uma brasileira de origem inglesa. Aos nove anos, Charles Miller viajou para Hampshire, na Inglaterra, para estudar. Lá, aprendeu a jogar futebol, rugby e críquete.

Com 17 anos, Charles já se destacava no futebol, o que lhe deu a chance de disputar 34 partidas pela Banister School, em que marcou 51 gols. Pelo St. Mary, ele jogou 13

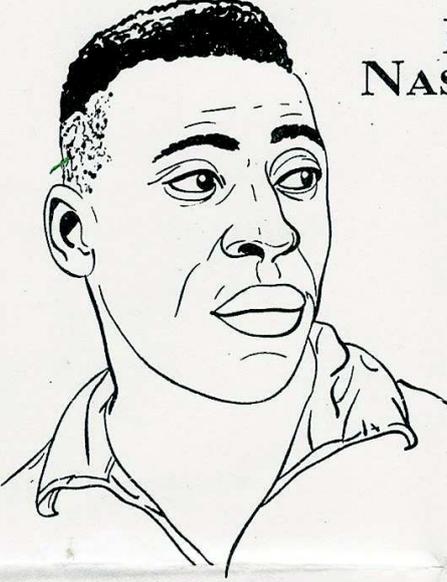
partidas e fez três gols. Pelo Condado de Hampshire também emplacou três gols, mas em seis partidas. Isso além de enfrentar por duas vezes o famoso time inglês Corinthian (sem o “s”), que serviria de inspiração aos paulistas em 1910.

Charles Miller retornou ao Brasil em 1894 para trabalhar na São Paulo Railway Company (companhia inglesa de ferrovias). Tornou-se também correspondente da Coroa Britânica e vice-cônsul inglês em 1904. Na época do seu retorno, havia apenas um clube na cidade, o São Paulo Athletic, fundado em maio de 1888 pela colônia britânica, que oferecia a prática do críquete. Como havia trazido duas bolas da Inglaterra, uniformes e um conjunto de regras, Miller tentou difundir o futebol. O primeiro jogo foi realizado em 15 de abril de 1895 entre Funcionários da Companhia de Gás X Companhia Ferroviária São Paulo Railway.

Como artilheiro do São Paulo Athletic Club (SPAC), Charles Miller ganhou os três primeiros campeonatos em 1902, 1903 e 1904. Foi também o criador do drible ou passe com o calcanhar, jogada que viria a ser conhecida com o nome de “Charles”, em sua homenagem. Miller foi fundamental na montagem da Liga Paulista de Futebol, a primeira do Brasil. Foi ele que sugeriu o nome do primeiro presidente do Sport Club Corinthians Paulista. Morreu em 30 de junho de 1953, em São Paulo/SP.

Fonte: *Guia dos Curiosos – Esportes*  
(Marcelo Duarte, Editora Panda Books)

Imagem 2: Texto utilizado na aula ministrada pela educadora Benim no Projeto: “A Copa do Mundo” o qual foi elaborado pela mesma.



## EDSON ARANTES DO NASCIMENTO – O REI PELÉ

Nascido em 23 de outubro de 1940, na cidade de Três Corações, em Minas Gerais, Edson Arantes do Nascimento, ou Pelé, é um dos astros do futebol mundial e considerado por muitos o melhor jogador da história. Ele liderou a seleção brasileira em três vitórias na Copa do Mundo: em 1958, 1962 e 1970.

Pelé veio de uma família muito simples e sua história com o futebol começou quando ele ainda era adolescente. Aos 15 anos, fez sua estréia no Santos Futebol Clube, time que o consagrou. Com Pelé de meia-atacante, a equipe conquistou vários títulos importantes e viveu seus anos de ouro. Venceu cinco vezes a Taça Brasil (1961, 1962, 1963, 1964 e 1965), que equivalia ao Campeonato Brasileiro, duas Libertadores da América (1962 e 1963), uma Recopa Sul-Americana (1968), uma vez o torneio Roberfo Gomes Pedrosa (1968), quatro vezes o torneio Rio - São Paulo (1959, 1963, 1964, 1966) e dez vezes campeão paulista.

O atleta marcou seu gol número 1.000 em 1969. Em 1974, se aposentou, mas acabou retornando em 1975, depois de aceitar um contrato milionário de três anos com o New York Cosmos da North American Soccer League. Pelé disse que saiu da aposentadoria não pelo o dinheiro, mas para “fazer o futebol verdadeiramente popular nos Estados Unidos”.

Conhecido também como Pérola Negra, suas maiores qualidades eram a velocidade, visão de grande equilíbrio, a exímia capacidade de controlar a bola e de disparar rumo ao gol. Em sua carreira, Pelé jogou 1.363 jogos e marcou 1.281 gols. Sua melhor temporada foi 1958, quando marcou 139 vezes. Além de realizações no esporte, ele publicou autobiografias e atuou em vários documentários. Também foi eleito por varias instituições – entre elas a FIFA e o UNICEF - o atleta do século..

Verbete Pelé da Student Encyclopædia. Britannica Online for Kids.  
<http://kids.britannica.com/comptons/article-9276342/Pele>

Imagem 3: Texto também utilizado na aula ministrada pela educadora Benim